SISTEMA TRADICIONAL RURAL DIANTE DE NOVAS ALTERNATIVAS

Alfio Brandenburg

ORIENTADOR: *Prof. José Molina Filho*

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo-Brasil
Maio - 1981

AGRADECIMENTOS

- A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PARANÁ (EMATER-PR), na pessoa do seu Diretor Presidente Eng^o Agr^o HANS HENNING GUNTHER por patrocinar o curso que levou a elaboração desta monografia.

- Ao Prof. JOSÉ MOLINA FILHO, pela orientação prestada na elaboração deste trabalho.

- Aos Profs. MARIA IGNEZ GERRA MOLINA e THOMAS JOSEPH BURKE, pelas sugestões apresentadas na revisão dos originais.

- Ao Prof. JOSÉ ALBERTINO R. RODRIGUES pelas sugestões apresentadas na elaboração do quadro teórico que orientou esta pesquisa.

- Aos PROFESSORES DO CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL DA ESALQ/USP, que contribuíram com minha formação acadêmica.

.ii.

A ILZE,

DEDICO

Í N D I C E

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema e sua importância.	1
1.2. Objetivos do trabalho	6
2. O PROJETO FRUTICULTURA	8
2.1. A viabilidade da atividade da Fruticultura. .	12
2.2. Perspectivas de mercado para a Fruticultura . .	14
3. ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.	22
3.1. Revisão de literatura	22
3.2. Orientação teórica.	26
3.3. O Projeto Fruticultura como objeto de análise	30
3.4. Aspectos operacionais	42
3.5. Hipótese básica.	45
4. CONTEXTO E PROCEDIMENTO DO ESTUDO.	46
4.1. Área de estudo	46
4.2. Descrição geral da área	50
4.2.1. Aspectos socioculturais.	50
4.2.2. Meios e condicionantes básicos da si- tuação.	56
4.3. A pesquisa.	60
4.3.1. Material de pesquisa.	60
4.3.2. Entrevistas.	60
4.3.3. Critério para estratificação dos produ- tores entrevistados.	62
4.3.4. Estratificação dos entrevistados . . .	64
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	68
5.1. Função adaptação.	69
5.1.1. Adaptação ao meio natural.	70
5.1.2. Adaptação às atividades propostas. . .	71

	Página
5.2. Função consecução de metas.	73
5.3. Função integração	75
5.4. Função latência	85
5.5. Fruticultura como nova alternativa.	86
5.5.1. Significado da Fruticultura para os produtores rurais.	93
5.5.2. Fatores condicionantes relacionados com a consolidação da atividade Fruticul- tura.	96
5.6. Resultados obtidos pelo Projeto e consequên- cias da atividade Fruticultura para as categō- rias de produtores envolvidas. Verificação da hipótese básica	101
6. CONCLUSÕES.	110
7. BIBLIOGRAFIA	115
8. ANEXOS	120

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela</u>	<u>Página</u>
1 - Análise econômica referente a 1 ha de maçã no Paraná - 1977	15
2 - Análise econômica referente a 1 ha de ameixa no Paraná - 1977	16
3 - Análise econômica referente a 1 ha de pê-sego no Paraná - 1977	17
4 - Maçã - Evolução de importações brasileiras..	19
5 - Situação da cultura da maçã nos Estados do Sul do Brasil - 1977.	20
6 - Comercialização de frutas no CEAGESP em 1975 - Percentual em função da origem . . .	21
7 - Estrutura fundiária de Iratí - 1972	48
8 - Máquinas agrícolas existentes no Município de Iratí - 1975/1976.	51
9 - Situação dos Produtores Genuínos entrevistados, em relação a mão-de-obra, grau de participação no mercado e grau de especialização.	65
10 - Frutíferas plantadas em Iratí, segundo a categoria de produtores	101
11 - Projetos de frutíferas aprovados pelo IBDF, período 1967 a 1977	106
12 - Projetos de Fruticultura aprovados pelo IBDF no Estado do Paraná, por culturas - Período 1967 a 1977	106

SISTEMA TRADICIONAL RURAL DIANTE DE NOVAS ALTERNATIVAS

Alfio Brandenburg

ORIENTADOR: *Prof. José Molina Filho*

R E S U M O

Este trabalho estuda aspectos relacionados com a prática de novas atividades na agricultura, através da análise de um Projeto de Intervenção no Meio Rural, executado pela EMATER-PR: O Projeto Fruticultura.

O estudo é baseado nas contribuições teóricas de MERTON e PARSONS e interpreta a situação em que o produtor rural pratica suas atividades a partir da noção de sistema de ação social, desenvolvido por Parsons. A situação empírica em que age o produtor é reconstruída analiticamente, concentrando-se no modelo AGIL.

Os dados foram coletados através de observações diretas e entrevistas não diretivas, orientados por um roteiro de pesquisa. Para a coleta de dados escolheu-se o local de Iratí, situado na Região Sul do Paraná. Iratí é povoado por colonos descendentes de emigrantes europeus que praticam uma agricultura tradicional em pequenas e médias pro-

priedades agrícolas.

Conclue-se que o Projeto Fruticultura mostra-se funcional para a sociedade. Suas metas de aumentar a produção de frutas para abastecer o mercado interno e reduzir o volume de importações vêm sendo atingidas.

A partir dos resultados já alcançados, a análise do projeto identifica basicamente duas categorias de produtores beneficiadas - O Empresário Familiar e o Fruticultor Parcial - e esclarece o sistema de ação do Empresário Familiar.

Conclue-se que a fruticultura é explorada sempre que os componentes situacionais favorecem a realização econômica do produtor, devendo-se destacar os aspectos relativos à comercialização, área da propriedade, outras alternativas de exploração, recursos financeiros e transporte.

Nos limites em que é cultivada, a fruticultura é percebida como funcional para os Empresários Familiares, mas a análise do projeto indica ser mais funcional para os Fruticultores Parciais. Estes diferentes resultados funcionais de nota tendência do projeto provocar um maior desajuste sócio-econômico no setor rural, embora na forma como se realiza demonstre-se funcional para a sociedade.

Da análise do sistema de ação do Empresário Familiar conclue-se, ainda, que duas ordens de fatores estão relacionados com a prática de novas atividades agrícolas: (1) os aspectos subjetivos, internalizados pelo produtor, (2) os as

pectos situacionais ou externos relacionados com condicionantes empíricos. Estas duas ordens de aspectos permitem melhor compreender o fenômeno "resistência" a novas práticas agrícolas, que representa um padrão de orientação tradicional, mas apenas enquanto produto resultante da história do produtor com a situação.

A análise das diferentes dimensões funcionais mostra que o sistema de ação do Empresário Familiar mantém sua unidade mediante a conjugação de meios modernos e tradicionais de produção e desse modo atende os requisitos de inserção na sociedade.

TRADITIONAL RURAL SYSTEM FOWARD OF NEW ALTERNATIVES

Alfio Brandenburg

ORIENTADOR: *Prof. José Molina Filho*

S U M M A R Y

This paper is concerned with the introduction of new exploitation alternatives in agriculture, through a Rural Setting Intervention Project - The Fruit Grop Project - being carried on by EMATER-PARANÁ.

This study is based on the theoretical contributions of Merton and Parsons, and interprets the famer's behavior from the Parsonian Stand point. Accordingly, the context in which the famer acts is analitically constructed following the "AGIL" model.

The data were colected through direct observation and non-obstrusive intervies. The setting is the Município of Irati, Sourthern Paraná State. It is inhabited by peasants of European ascendancy practicing a low-technology agriculture and living in small and medium size farms.

The study concludes that the Fruit Crop Project is functional to the society. Its goal of increasing fruits production has been achieved, as well as the supplying

of the internal demand, reducing importation needs.

From the achieved results the study identifies two basic farmer categories, which benefit from the Project: The Family Farmers and the Partial Fruit Growers.

The Study finds that Fruit Crops are adopted if the situational components benefit the farmer's profitability Among these components the most outstanding are: farm size; other crops alternatives; financial suport; and transportation.

Fruit Crops are perceived as functional by the Family Farmers, but the objective project analysis shows they are more functional to the Parcial Fruit Growers. These different functional attributes uncover the project tendency to promote a socio-economical disequilibrium in the rural area, although it seems to be functional to the society.

The Family Farmers action system analysis concludes that two kinds of factors are related to the practice of new agricultural activities: (1) the subjective aspects internalized by the farmer; and (2) the situational or external aspects related to empirical constraints. These two kinds of aspects permit a better comprehension of the resistency to new agricultural technologies, which represents a traditional orientation pattern, and a produce from the historical relationship between actor and his situation.

The analysis of the different functional dimensions shows that the Family Farmers action system survives because it combines modern and traditional methods of farming and this is the way by which it is incorporated in the society.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema e sua importância

As transformações da sociedade brasileira, decorrentes da expansão industrial, têm exigido dos diversos setores da economia ampla reorganização fazendo-os assumir funções bem específicas. A divisão social do trabalho torna-se cada vez mais complexa, principalmente nos setores mais dinâmicos da economia, onde se verifica uma crescente especialização de atividades. Essa situação requer dos diversos setores maior eficiência e, conseqüentemente, impõe transformações fundamentais, refletindo-se na organização da produção.

O setor agrícola participa dessas transformações ao oferecer maior produção de gêneros alimentícios, visando abastecer uma população crescente, não engajada na produ

.2.

ção de alimentos. Além desta função, fornece matérias-primas para a indústria e gera excedentes para exportação. Maior eficiência é requerida do setor rural para aumentar a produção e a produtividade, visando capacitá-lo a acompanhar o crescimento do parque industrial e a geração de divisas para o País. Assim, sua modernização é tida como necessária, embora não suficiente, trazendo implícita a necessidade de capitalização.

O setor agrícola também se constitui num mercado potencial importante para os produtos industriais e para os serviços face ao grande contingente populacional ainda ocupado na agricultura. Mas a aquisição de modernos instrumentos de produção e a expansão do mercado para bens manufaturados são grandemente limitadas pelo poder aquisitivo da população rural, o que implica na necessidade de aumentar sua renda, principalmente através da colocação dos produtos agrícolas no mercado com relação de trocas mais vantajosas. Desse modo, a interdependência entre os setores agrário e urbano-industrial se verifica, principalmente, através da inserção do setor rural no mercado de produtos com relações de trocas mais simétricas.

O crescimento acelerado das últimas décadas, concentrando no polo urbano, fez com que o processo de transformação do setor rural se moldasse para favorecer mais o setor urbano que o próprio meio rural. Desta forma, embora parte da agricultura tenha atingido um certo grau de capitalização (principalmente em torno de grandes culturas tais como so

.3.

ja, café e cana-de-açúcar), conserva um baixo padrão técnico de produção (principalmente nas culturas de alimentos, feijão, milho, mandioca...), com baixa produtividade, mantendo relações de produção arcaicas como a parceria, o colonato e o pequeno arrendamento.

A expansão do capitalismo na agricultura e a concentração da propriedade da terra tendem a liberar um volume crescente de mão-de-obra. Esse fato, por um lado, vem beneficiar a indústria com aumento da oferta de mão-de-obra, mas, por outro, nas condições atuais, tende a gerar tensões e dificultar a manutenção de níveis mínimos de bem-estar social dos trabalhadores rurais e dos que migram para as cidades.

O contingente populacional liberado do setor agrícola acha-se desqualificado profissionalmente, para enfrentar um mundo urbano exigente em mão-de-obra especializada. Além disso, há que se considerar que o parque industrial, bem como os demais setores urbanos, nem sempre tem oferecido um número suficiente de empregos com uma remuneração que permita ao migrante desfrutar de uma posição social sequer equivalente a do seu local de origem. Isto tem provocado desequilíbrios que se refletem na emergência de bolsões de pobreza, quando não de condições sub-humanas de sobrevivência, deixando segmentos da população à margem do processo de desenvolvimento. Essa situação configura-se como paradoxal num País com grande extensão de área cultivável, que está a exigir determinados produtos, ainda importados.

Torna-se, assim, necessária a intervenção planejada com base na realidade, através de instrumentos capazes de ~~e~~liminar desequilíbrios emergentes na sociedade. Um dos aspectos a ser considerado nos instrumentos de superação desses desequilíbrios, seria oferecer ao homem do campo condições de se fixar ao seu meio e se integrar numa economia de mercado, reajustando o processo produtivo e aumentando sua renda líquida. Para concretizar esse objetivo, órgãos vinculados ao Estado já atuam através de planos regionais de intervenção. É o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná* (EMATER-PARANÁ), que há vários anos vem intervindo naquele estado com vistas ao desenvolvimento da agricultura. Essa Empresa vem executando, desde 1974, o projeto fruticultura que constitui um dos seus instrumentos de intervenção no meio rural. Embora em seu início a implantação do projeto tenha sido realizada diretamente pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, hoje está a cargo da referida empresa vinculada a esta mesma secretaria.

A EMATER-PARANÁ visa explicitamente, através da implantação e expansão da fruticultura: a) a fixação da população rural ao seu meio; b) o aumento da produção e da produ-

*A EMATER-PARANÁ foi instituída para absorver os serviços prestados pela ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná.

tividade, dada a necessidade constatada de abastecer o setor não-agrícola e de alcançar a auto-suficiência em determinados produtos frutícolas, tentando diminuir o volume das importações e c) o aumento da renda da produção, capacitando-a para melhor participar nas relações de troca de produtos e, conseqüentemente, melhorar seu nível de vida (DIRETRIZES DE AÇÃO, ACARPA, 1977).

Na versão do projeto, a proposta de uma nova linha de exploração se viabiliza na medida em que, por um lado, visa contribuir para a fixação do homem do campo, ajustando-o socioeconomicamente ao seu meio de origem e à ordem de integração societária e, por outro lado, atende aos reclamos da sociedade, no sentido de abastecer o mercado e diminuir o volume de importação.

O que se pode questionar, no entanto, é se os objetivos explicitados pelo projeto vêm sendo atingidos na realidade. Ou, antes disso, quem estaria adotando a nova linha de exploração agrícola e se beneficiando com o projeto? Todas as categorias de produtores? Se não, por que? Que respostas poderiam ser dadas a estas perguntas? Seria desinteresse ou resistência a novas alternativas de produção por parte de alguma categoria de produtores? Os meios para a consolidação da atividade estariam ajustados para favorecer todas as categorias ou estariam concentrados apenas em torno de uma ou de outra categoria?

O questionamento em torno do desempenho do pro

jeto nos conduz ao estudo de "*aspectos relacionados a novas práticas na agricultura*". Ao se intervir no meio rural, mediante a proposição de novas alternativas de exploração, deve-se compreender antes de mais nada, sob que condições estas alternativas passam a ser exploradas. É isto que se pretende verificar através da análise do projeto fruticultura. Analisando os resultados até agora obtidos, pretende-se entender as condições ou fatores que levaram os produtores adotar ou rejeitar a nova linha de exploração e quais as implicações so
ciais do resultado obtido para o setor rural e para a socieda
de.

1.2. Objetivos do trabalho

A partir da análise dos objetivos explícitos do projeto fruticultura, este trabalho tem como preocupação estudar aspectos subjacentes ao atingimento de seus resultados. Através do projeto fruticultura, pretende-se estudar os aspectos relacionados à exploração de novas alternativas no meio rural e, paralelamente, identificar as categorias de produtores envolvidas no projeto e as implicações sociais da exploração da nova alternativa fruticultura para as categorias de produtores e para a sociedade.

Pretende-se, então, especificamente:

- a) verificar os resultados alcançados até o momento pelo projeto fruticultura, à luz de

.7.

seus objetivos explícitos e da atividade-meio, ou seja o cultivo de árvores frutíferas de clima temperado;

- b) estudar os fatores relacionados à efetivação da fruticultura como atividade agrícola;
- c) analisar algumas das consequências socioeconômicas do projeto fruticultura para a sociedade e para o meio rural, identificando para que categorias de produtores o instrumento tem-se demonstrado funcional ou disfuncional;
- d) caracterizar como as categorias de produtores agrícolas, se inserem na sociedade inclusiva.

2. O PROJETO FRUTICULTURA

O projeto fruticultura atinge basicamente a região sul do Paraná, onde as condições climáticas favorecem a exploração de frutas de clima temperado.

São beneficiadas pelo projeto as seguintes regiões: Região Metropolitana de Curitiba, Palmeira, Porto Amazonas, Guarapuava, Maringá, Palmas, Litoral Paranaense e Colonial de Iratí.

Na Região de Iratí, especificamente, o projeto visa a introdução de novas variedades de frutas de clima temperado (maçã, pêssego, ameixa e nectarina) como instrumento para alcançar os objetivos acima.

Considerando os altos custos de formação do pomar principalmente nos primeiros anos, está agregado ao proje

to um programa de apoio financeiro à implantação da Fruticultura. Nesse sentido podem ser destacado os recursos financeiros provenientes do crédito rural e os recursos oriundos da aplicação de incentivos fiscais.

O Crédito Rural - O crédito aberto à fruticultura segue orientações da legislação creditícia em vigor, com algumas normas de ajuste à natureza da atividade. Entre elas destacam-se: um período de carência, para reembolso das primeiras parcelas financiadas, de até 3 anos; um prazo de pagamento de até 8 anos, incluindo o período de carência, época de reembolso das parcelas coincidentes com época de colheita; teto das operações até 2000 vezes o maior valor de referência vigente no país (MVR). Vale ressaltar que a legislação em vigor não estipula limites mínimos para financiamento. Contudo, algumas agências financeiras têm adotado medidas nesse sentido. Em se tratando de investimento, as agências exigem planos técnicos que são elaborados pelo Serviço de Extensão Rural, o qual reserva a si o direito de cobrar uma taxa de assistência técnica. Assim, o Proponente do crédito compromete-se a pagar 1% do valor financiado mais 1% a.a. sobre o saldo devedor, como taxa de assistência técnica.

Os valores financiados nunca poderão ser superiores a 60% das garantias. Para cada crédito concedido é cobrado a taxa de juros em conformidade com os montantes de empréstimos concedidos:

até 50 MVR - 13% a.a.

de 50 a 1000 MVR - 15% a.a.

de 1000 a 2000 MVR - 18% a.a.

Incentivos Fiscais - A utilização de incentivos fiscais na fruticultura é basicamente regulamentado pela Lei nº 5106, de 02 de setembro de 1966, que dispõe "*sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais*", e pelo Decreto-Lei 1134, de 16 de novembro de 1970, que atualmente se encontra alterada pelo Decreto-Lei 1376, de 12 de dezembro de 1974, que trata da criação de Fundo de Investimentos.

A Lei 5106 estabelece, segundo o artigo 1º, que tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas poderão descontar das declarações de rendimento, importâncias aplicadas em florestamento e reflorestamento. O parágrafo 1º do mesmo artigo dispõe que "*as pessoas físicas poderão abater as importâncias comprovadamente aplicadas da renda bruta*", enquanto o parágrafo 3º determina que as pessoas jurídicas poderão deduzir 50% do valor total do imposto de renda devido à União, uma vez comprovada a aplicação do montante, em "*florestamento ou reflorestamento de essências florestais, árvores frutíferas, árvores de médio e grande porte*". A mesma lei estabelece ainda, segundo a alínea B do artigo 2º, um limite mínimo de plantio anual através de projeto aprovado pelo Ministério da Agricultura, de 10.000 árvores.

O Decreto-Lei 1134 altera a sistemática de utilização de incentivos fiscais para aplicação em "*empreendimentos florestais*". Enquanto a Lei 5106 concedia direito de apli

cação, de 50% do imposto de renda devido, tanto às pessoas físicas quanto às pessoas jurídicas, o Decreto-Lei 1134 se refere apenas às pessoas jurídicas. Este estabelece, ainda, que as deduções sejam efetuadas antes da aprovação do projeto, enquanto que a Lei 5106 permite que se desconte valores somente através de planos previamente elaborados.

Com a promulgação do Decreto-Lei 1376, a legislação que regula a utilização de incentivos fiscais foi alterada, através da instituição dos Fundos de Investimentos. Entre eles o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), que, segundo o parágrafo único do artigo 2º da mesma lei, *"compreen-*
de três contas com escriturações distintas: setor de turismo,
pesca e reflorestamento". O setor de Reflorestamento, conforme o artigo 7º, tem suas contas operadas pelo Banco do Brasil S.A., sob a supervisão do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. A instituição do Fundo de Investimento Setorial altera gradativamente, conforme o inciso IV do artigo 11, a parcela dedutível do imposto de renda aplicada em reflorestamento, mediante os seguintes percentuais:

ano base 1974 -	45%
1975 -	40%
1976 -	35%
1977 -	30%
1978 e seguintes -	25%

Segundo Portaria Normativa nº 8 do Instituto de Desenvolvimento Florestal, *os empreendimentos florestais*

que visem recursos com base no Decreto Lei 1376 são definidos como: "*Projetos Próprios Fiset*" e "*Projetos Abertos Fiset*" (ou projetos de participação múltipla). A mesma Portaria estabelece ainda, segundo o artigo 13º, para os projetos de reflorestamento, que visem ao plantio de frutíferas, uma área mínima de 50 ha contíguos.

2.1. A viabilidade da atividade da Fruticultura

Segundo as normas técnicas do Serviço de Extensão Rural, a fruticultura exige solos com "*boa profundidade efetiva*", bem drenado e fértil. O pomar pode ser instalado tanto em terrenos planos como em encostas de morro devendo-se contudo evitar os lugares baixos e úmidos. Verifica-se que o local de Iratí ajusta-se ao cultivo de frutas e que 2/3 das terras são onduladas, dificultando, em parte, a mecanização de culturas agrícolas anuais. O fato do solo ser pobre não inviabiliza tecnicamente a atividade, uma vez que a baixa fertilidade pode ser corrigida com fertilizantes químicos e orgânicos.

Climaticamente, pêssego, ameixa e maçã, respectivamente, constituem as variedades que melhor se adaptam às condições da área, segundo observações realizadas pela Estação Experimental de Florestal. A nectarina não tem demonstrado desenvolvimento vegetativo satisfatório, com frutificação de baixa qualidade. Em consonância com a própria recomenda-

ção da Estação Experimental, os agricultores praticamente não a tem cultivado. As demais espécies, no entanto, já no segundo ano de produção, apresentam colheitas de excelentes qualidade, surpreendendo os produtores e os próprios técnicos locais. A produtividade tem superado as expectativas, como no caso de um produtor que obteve 5.700 kg/ha de pêssego, quando se previa um rendimento de 3.500 kg/ha, segundo as Normas Técnicas.

Os sistemas de condução das frutíferas recomendados pela pesquisa são orientados visando uma maior produção por unidade. Todavia, cabe ao produtor, através de suas observações e experiências, reajustar as formas de condução de acordo com: a localização do pomar, situação de microclima, fertilidade do solo, produtividade, fenômenos climáticos adversos e outras questões de ordem técnica.

A atividade requer uma presença constante de mão-de-obra qualificada, que é obtida na unidade de produção familiar.

Objetivamente a fruticultura tem se mostrado rentável. Para o agricultor o rendimento parece assumir proporções maiores do que ocorre na realidade. Isto porque determinados fatores de produção não são remunerados, tais como a mão-de-obra e alguns insumos, como a matéria orgânica. Em algumas situações, ainda, os insumos são reduzidos ou até dispensados pelo produtor. Se, porém, for levado em conta o custo de produção do empreendimento, em conformidade com as Ta-

belas 1, 2 e 3 referentes à análise econômica das culturas, verifica-se que a atividade apresenta retorno positivo somente após o quarto ano para a cultura de ameixa, a partir do terceiro ano para o pêssago e, após cinco anos para a maçã. Após oito anos, ressaltando os fenômenos de ordem climática, a produtividade das frutíferas tende a se manter, desde que o pomar seja conduzido adequadamente, em conformidade com as recomendações técnicas. São, portanto, culturas de retorno positivo a médio prazo, mas que exigem investimentos elevados.

2.2. Perspectivas de mercado para a Fruticultura

A análise de mercado demonstra uma melhor perspectiva para a maçã. Até há pouco tempo a cultura da maçã era tida como inadequada às condições edafoclimáticas brasileiras e, assim, o produto existente no mercado era importado em sua totalidade. Recentemente, se obteve excelentes resultados com a cultura da maçã, principalmente no estado de Santa Catarina. Segundo HENTSCKE (S.D.) o País possui dois milhões de hectares em condições tecnicamente adequadas à sua produção. No Paraná, as localidades de Palmas e Guarapuava reúnem condições climáticas as mais favoráveis, por se situarem abaixo do paralelo 23° 20'S, em pontos de maior altitude do Estado. Seguem-se os municípios de Castro, Ponta Grossa, Irati, Palmeira, Porto Amazonas, Rio Negro, Lapa, São Mateus do Sul, União da Vitória e Área Metropolitana de Curitiba,

Tabela 1 - Análise econômica referente a 1 ha de maçã no Paraná - 1977.

ANOS DE PLANTIO	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
CUSTOS DE PRODUÇÃO	25.841,00	6.126,00	13.306,00	13.093,00	16.293,00	20.603,00	22.643,00	23.540,00
EMBALAGENS (qdade.)	-	-	80	200	400	600	800	920
CUSTO	-	-	1.600,00	4.000,00	8.000,00	12.000,00	16.000,00	18.400,00
JUROS 15% a.a.	3.876,00	918,00	1.995,00	1.963,00	2.443,00	3.090,00	3.396,00	3.531,00
TAXA COMERC. 10% a.a.	-	-	1.200,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	12.000,00	13.800,00
T O T A L	29.717,00	7.044,00	18.101,00	22.056,00	32.736,00	44.693,00	54.039,00	59.271,00
RENDIMENTOS (kg)	-	-	2.000	5.000	10.000	15.000	20.000	23.000
PREÇO/kg	-	-	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
RECEITA	-	-	12.000,00	30.000,00	60.000,00	90.000,00	120.000,00	138.000,00
S A L D O	29.717,00 negativo	36.761,00 negativo	42.862,00 negativo	34.918,00 negativo	7.654,00 negativo	37.653,00 positivo	65.961,00 positivo	78.729,00 positivo

FONTE: Normas Técnicas para Frutíferas Temperadas - EMATER-PR, (1977).

OBS.: a) As embalagens consideradas são de papelão, para 25 kg aproximadamente, e o custo é de Cr\$20,00 cada;

b) Os juros estão computados sobre o custo de produção, considerando o plantio totalmente financiado;

c) A taxa de comercialização referida, é descontada por cooperativas ou na intermediação.

Tabela 2 - Análise econômica referente a 1 ha de ameixa no Paraná - 1977.

ANOS DE PLANTIO	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
CUSTOS DE PRODUÇÃO	7.996,00	3.781,00	5.333,00	6.756,00	8.144,00	10.022,00	11.235,00	11.006,00
EMBALAGENS (qdade.)	-	-	362	725	1.000	1.250	1.500	1.562
CUSTO	-	-	1.375,00	2.755,00	3.800,00	4.750,00	5.700,00	5.935,00
JUROS (15% a.a.)	1.200,00	567,00	800,00	1.011,00	1.221,00	1.503,00	1.685,00	1.650,00
T O T A L	9.196,00	4.348,00	7.508,00	10.512,00	13.165,00	16.275,00	18.620,00	18.591,00
RENDIMENTO (kg)	-	-	2.900	5.800	8.000	10.000	12.000	12.500
PREÇO/kg	-	-	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50	3,50
RECEITA	-	-	10.150,00	20.300,00	28.000,00	35.000,00	42.000,00	43.750,00
S A L D O	9.196,00	13.544,00	10.902,00	1.114,00	13.721,00	18.725,00	23.380,00	25.159,00
	negativo	negativo	negativo	negativo	positivo	positivo	positivo	positivo

FONTE: Normas Técnicas para Frutíferas Temperadas - EMATER-PR. (1977).

OBS.: a) Os juros estão computados sobre o custo de produção, considerando o plantio totalmente financiado;

b) As embalagens consideradas são de madeira (caixa de uva), para 8,00 kg aproximadamente, e o custo é de Cr\$ 3,80 cada.

Tabela 3 - Análise econômica referente a 1 ha de pêssego no Paraná - 1977.

ANOS DE PLANTIO	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
CUSTOS DE PRODUÇÃO	8.195,00	5.378,00	7.517,00	9.665,00	13.097,00	14.571,00	16.789,00	16.531,00
EMBALAGENS (qdade.)	-	1.000	2.666	4.333	6.333	8.000	9.000	9.000
CUSTO	-	2.000,00	5.332,00	8.666,00	12.666,00	16.000,00	18.000,00	18.000,00
JUROS (15% a.a.)	1.230,00	806,00	1.127,00	1.450,00	1.964,00	2.185,00	2.518,00	2.479,00
T O T A L	9.425,00	8.184,00	13.976,00	19.781,00	27.727,00	32.756,00	37.307,00	37.010,00
RENDIMENTO (kg)	-	1.500	4.000	6.500	9.500	12.000	13.500	13.500
PREÇO/kg	-	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
RECEITA	-	7.500,00	20.000,00	32.500,00	47.500,00	60.000,00	67.500,00	67.500,00
S A L D O	9.425,00 negativo	10.109,00 negativo	4.085,00 negativo	8.634,00 positivo	19.773,00 positivo	27.244,00 positivo	30.193,00 positivo	30.490,00 positivo

FCNTE: Normas Técnicas para Frutíferas Temperadas - EMATER-PR. (1977).

OBS.: a) Os juros estão computados sobre o custo de produção, considerando o plantio totalmente financiado;

b) As embalagens são de papelão para 1,5 kg aproximadamente, e o custo é de Cr\$ 2,00 cada.

(ACARPA, 1975).

A importação da maçã nos dias atuais ainda é bastante significativa. Segundo dados da CACEX, em 1976, citado por HENTSCKE, (S.d.) *"as importações de peras e maçãs custaram 122 milhões de dólares, representando 95% do valor total das importações de frutas de clima temperado"*.

Uma análise na evolução das importações, conforme a Tabela 4, permite-nos melhor dimensionar as perspectivas de mercado para a maçã.

De 1970 a 1975, o volume importado de maçã quadruplicou enquanto que a população cresceu em 59%. Isto significa que o aumento do consumo da maçã não se deve apenas ao crescimento da população brasileira, mas a um maior consumo *"per capita"*, que cresceu à razão de 6% ao ano. O crescente aumento do volume importado da maçã, conforme a Tabela 4, indica um déficit crescente na oferta nacional e um aumento na demanda desse produto.

Contudo, apenas o volume de frutas importadas não demonstra o potencial real do mercado para as frutíferas. Com a constatação de condições climáticas brasileiras adequadas ao desenvolvimento de espécies frutíferas temperadas, a maçã principalmente começou a experimentar expansão da área cultivada. Conforme mostra a Tabela 5, até 1977, uma área de 9.000 ha era ocupada com essa cultura, representando uma produção estimada de 24.200 t.

Tabela 4 - Maçã - Evolução de importações brasileiras.

A N O	POPULAÇÃO (1.000 HABITANTES)	VOLUME IM- PORTAÇÃO (T)	CONSUMO (kg/Hab.)	VALOR (U\$ 1000)
1960	70.967	36.424	0,5	4.308
1961	71.868	43.232	0,6	5.637
1962	74.096	50.154	0,7	8.714
1963	76.409	64.290	0,8	12.899
1964	78.809	38.513	0,5	9.107
1965	81.301	59.683	0,7	10.346
1966	83.809	56.587	0,7	11.531
1967	86.580	88.334	1,0	18.242
1968	89.376	113.958	1,2	25.377
1969	92.305	113.924	1,2	26.230
1970	93.139	108.994	1,2	26.915
1971	96.166	121.350	1,3	29.292
1972	99.291	131.116	1,3	29.207
1973	102.518	79.242	0,8	38.799
1974	105.850	183.195	1,7	61.761
1975	109.290	143.595	1,3	62.693
1976	112.842	296.197	2,6	100.977

FONTE: CIEF - FIBGE (Citado por HENTSCHE, S.d.).

Tabela 5 - Situação da cultura da maçã nos estados do Sul do Brasil - 1977 .

E s t a d o s	Área ocupada (ha) (1977)	Estimativa de produção 1976/1977
São Paulo	1.500	8.900
Paraná.	1.000	1.500
Santa Catarina.	5.000	12.300
Rio Grande do Sul	1.500	1.500
T o t a l	9.000	24.200

FONTE: HENTSCKE (S.d.).

Se for acrescentado ao volume importado de maçã em 1976, a estimativa da produção nacional na safra 1976/77, obtém-se um montante de 310.397 toneladas. Este número, por outro lado, revela um consumo "*per capita*" de 2,7 kg. É interessante observar que do montante consumido apenas 7% é proveniente da produção nacional.

HENTSCKE (s.d.), previu para 1985/86 uma demanda de 475.000 toneladas, considerando um consumo "*per capita*" de 3,34 kg e uma população de 142 milhões. Levando em conta que nesse mesmo ano seria obtido com a mesma área 150.000 t., a produção nacional supriria apenas 31% das necessidades. Mas, considerando-se um aumento de 9.000 ha até 1980 (correspondentes a 3.000 ha anuais: 1978, 1979, 1980), o Brasil atingiria em 1985/86 uma produção de 240.000 t., ou seja, 50% da deman-

da estimada.

Embora o déficit de produção tenda a diminuir, com o aumento da produção nacional, em 1985 ainda terá que se importar 235.000 toneladas para atender as necessidades de consumo. Se a meta for a autosuficiência, para um rendimento 23.000 kg/ha, (conforme a Tabela 1), infere-se que, além da expansão da cultura já prevista, dever-se-á cultivar mais 10.200 ha de maçã.

Tabela 6 - Comercialização de frutas no CEAGESP em 1975 - Percentual em função da origem.

Produtos	Importado	Nacional
Maçã	89,4%	10,6%
Pera	90,0%	10,0%
Pêssego	3,8%	96,2%
Nectarina	2,0%	98,0%
Ameixa	22,4%	77,6%

FONTE: HENTSCKE (s.d.).

A Tabela 6 mostra que 77,6% da ameixa comercializada no CEAGESP, é procedente de produção nacional, e que, para as espécies aqui consideradas, as perspectivas de mercado estariam favorecendo à maçã em primeiro lugar, seguida da ameixa e do pêssego, respectivamente.

As colocações anteriores demonstram a viabilidade do projeto através dos aspectos técnicos e econômicos da atividade fruticultura e mediante as boas perspectivas de comercialização principalmente para a maçã. Resta verificar, a partir dos resultados obtidos, os benefícios decorrentes desta prática para as várias categorias de produtores.

3. ORIENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

3.1. Revisão de Literatura

Os estudos relacionados à adoção de novas práticas na agricultura têm sido realizados à luz das teorias de adoção de inovação. Entre os teóricos de adoção ROGERS (1962, 1971), pode ser considerado como um dos mais preeminentes. Sua teoria procura explicar a adoção de novas práticas através de atributos da própria prática ou da atitude dos agricultores frente a ela. Esta perspectiva analítica concentra-se mais nas características psicossociais do indivíduo, em detrimento da análise da relação do indivíduo com o sistema social, do qual é integrante e, portanto, das situações e condicionantes, sob os quais age o agricultor.

Pelo seu caráter restritivo a teoria de ROGERS

vem sofrendo críticas dos estudiosos de adoção de inovação, entre os quais podem-se destacar: SOUZA (1974), MUNIZ (1974), BURKE e MOLINA (1976), MARTINS (1975), GALJART (1976), SAMANIEGO (1971), entre outros.

PATRICK (1975) resume a duas as correntes de pensamentos que oferecem explicações para a permanência de práticas tradicionais de produção e, conseqüentemente, do atraso do meio rural. A primeira postula a existência de uma subcultura que é transmitida de geração a geração pelo processo de socialização e que faz com que os grupos, através do seu sistema de vida, respondam negativamente às inovações. A segunda tem em conta que as atitudes de manutenção de padrões constituem uma decorrência dos fatores situacionais.

A permanência de um sistema tradicional de produção agrícola ou de uma subcultura, que resiste a padrões de valores, que propulsionam a expansão de uma nova ordem de integração societária, é atribuída em muitos estudos, no Brasil, ao atraso do meio rural. Estes estudos analisam as questões relacionadas ao atraso, num vácuo estrutural, sem situá-los no contexto da realidade social mais ampla.

SAMANIEGO (1971) mostra que os programas de extensão rural na América Latina, fundamentados na teoria que relaciona os obstáculos de adoção de novas técnicas de produção à cultura camponesa, por não considerar certas formas de produção pré-capitalistas, bem como as condições estruturais em que ocorre o processo de produção agrícola, apresentam efeito

tos discriminatórios e tendem a favorecer as categorias sociais socioeconomicamente privilegiadas.

Embora muitos cientistas sociais tenham persistido na abordagem, que aponta como explicativo para a resistência às inovações a atitude tradicionalista, a ignorância e o localismo, outros acrescentaram variáveis que não exclusivamente as culturais ou psicossociais. Entre eles, um sociólogo holandês em pesquisa no Brasil, concluiu que os conceitos "*modernos e tradicional*" têm sido insuficientes para explicar o problema de desenvolvimento (GALJART, 1976). Observa ele que o desenvolvimento agrícola não é impedido em consequência de atitudes contrárias ao processo de mudança ou à modernização da agricultura, mas pela falta de organização dos produtores agrícolas, bem como pelas condições de uso da terra, e pela falta de recursos da maioria dos agricultores para comprar tecnologia. São fatores situacionais ou estruturais que são contemplados em sua análise. Em sua perspectiva, três ordens de fatores poderiam ser considerados como entraves ao desenvolvimento agrícola: a "*ignorância*", a "*impotência*" e a "*não disposição*". Com esses três conceitos, GALJART (1976) parece dar nova conotação ao conceito "*moderno*". Ser moderno é ter capacidade de "*reflexão crítica sobre cada ação e instituição no sentido de se avaliar se os objetivos não poderiam ser obtidos de outra maneira. A capacidade de reflexão e, conseqüentemente, da concretização da ação estaria relacionado ao conhecimento, ao interesse e à possibili*

dade objetiva de realizá-la" (GALJART, 1976, p.60). Essa perspectiva, sem dúvida, vem redimensionar a postura analítica, abrindo novos caminhos de interpretação heurística. Contudo, o autor não explora analiticamente o processo de articulação entre os conceitos.

Ainda no que se refere aos teóricos da adoção de novas práticas agrícolas, PAIVA (1971) conclui que a expansão de novas técnicas na agricultura não pode ser vista somente no âmbito do setor rural, pois ela depende do desenvolvimento do "*setor não agrícola*". Também, MARTINS (1975), ao estudar a modernização e o problema agropecuário no estado de São Paulo, mostra que o atraso agropecuário e o progresso urbano-industrial não se explicam separadamente, mas constituem um todo articulado.

A adoção de inovações na agricultura foi estudada sob o enfoque da teoria da Ação Social por MUNIZ (1974) e SOUZA (1974). Nela, a inovação é considerada como um meio para atingir fins ou metas, definidos pelo produtor. A utilização de uma inovação pelo produtor é resultante de uma reflexão, pela qual são contemplados elementos componentes da situação, em que desenvolve sua atividade. Constitue uma análise relacional produtor-situação.

A partir das pesquisas já realizadas, entende-se que o estudo sociológico de novas práticas agrícolas não pode restringir-se em torno da análise individual do produtor e nem, tampouco, limitar-se a uma análise de caráter global,

que considere apenas os chamados aspectos estruturais, ou condicionantes situacionais, em que o produtor opera. Como componente de uma categoria social e como ser histórico-social que é, o agricultor reflete experiências proporcionadas pelo meio em que vivencia e já vivenciou. Neste sentido, ele age não apenas em função de uma realidade presente, mas, também, em função de experiências passadas. Suas ações não são desenvolvidas mecanicamente, mas inspiradas em sua tradição de vida, suas crenças, seus ideais e sentimentos, que fazem parte do meio em que vive. Também, a análise do produtor e dos elementos que manipula em seu meio não pode estar desvinculada da ordem social mais ampla, uma vez que o meio rural reflete aspectos da sociedade global, da qual é integrante. Com esta postura analítica busca-se elementos teóricos para orientar o presente estudo. Eles serão, pois, desenvolvidos no próximo segmento.

3.2. Orientação teórica

Já distanciado de suas raízes, ou da analogia simplista entre o organismo e a sociedade, o método de interpretação funcionalista representa um dos diversos instrumentos capazes de sistematizar logicamente a apreensão de elementos da realidade objetiva, sob o ponto de vista sociológico.

Entre os teóricos do funcionalismo, Robert K. Merton merece destaque como sistematizador e como revisor crí

tico da teoria. Sua orientação, no exame das concepções da interpretação funcional no âmbito das premissas lógicas, remete a três postulados, os quais, segundo sua análise, foram desenvolvidos pelos funcionalistas. São eles: "*O Postulado da Unidade Funcional da Sociedade*"; "*O Postulado do Funcionalismo Universal*" e "*O Postulado da Indispensabilidade*".

Partindo, em sua análise, de perspectivas adotadas pelos clássicos do funcionalismo, tais como Malinowski e Radcliffe Brown, MERTON (1970) chega a conclusões de relevante importância para a "*codificação*" da análise funcional. Sua sensibilidade para com os problemas de natureza metodológica na sociologia o fez perceber a "*excessiva penalidade intelectual*" que se pagava pela simples transferência de conclusões antropológicas, obtidas nas esferas das sociedades iletradas, para as sociedades mais complexas. Sua perspicácia científica faz subordinar a discussão do método de interpretação funcionalista aos "*cânones*" da lógica da ciência experimental.

Sem considerar, no entanto, esgotada a solução para os problemas da análise funcional, sua revisão teórica o leva a elaborar um "*Paradigma da Análise Funcional na Sociologia*", cujo conteúdo, segundo suas palavras, "*não representa um conjunto de categorias introduzido de novo, mas sim uma codificação daqueles conceitos e problemas que têm sido impostos à sua atenção*"... (MERTON : 1970, p.117).

O "*Paradigma*" de Merton orientará este traba-

lho, através de alguns elementos conceituais básicos para a análise.

A teoria desenvolvida por Talcot Parsons também tem contribuições significativas. Representa um avanço, no que tange às teorias de maior amplitude de interpretação na sociologia. O referencial básico é a ação social, desenvolvida a partir de uma revisão crítica das contribuições de Durkheim, Marshall, Pareto e Weber. Ela será utilizada para desenvolver o conceito de sistema social e seus componentes. Segundo a orientação de Parsons, *"a sociedade não pode ser tomada simplesmente como um sistema social, mas sim como um complexo de subsistemas interdependentes"* (PARSONS: 1975,p.50). Assim, o sistema social, considerado no presente estudo, situa-se a nível de grupos ou categorias sociais que se articulam entre si. É evidente que, quando é relacionada uma ou outra categoria com a sociedade, ocorre uma articulação com os seus subsistemas.

Tem-se o sistema das categorias rurais como uma pluralidade de atores individuais, interagindo numa dada situação. *"Reduzido aos seus termos mais simples, um sistema social, consiste numa pluralidade de atores individuais interagindo numa situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental. Os atores são motivados relativamente a uma tendência de obter o máximo de satisfações, e a relação de cada qual com sua situação e com os outros é definida e mediatizada por sistema comum de símbolos culturalmente elaborados"*

(PARSONS: 1975, p.58).

Considerando a colocação de MERTON (1970, p.118):
"em qualquer circunstância, a análise funcional admite ou opera, explicitamente, com alguma concepção de motivação e que tal conceito de natureza subjetiva tem sido fundido erroneamente com categorias objetivas". Com Parsons esta fusão adquire um caráter de interpretação, através da concepção de sistema de ação social constituído, analiticamente, pelos sistemas orgânico de personalidade, cultural e social. Embora a motivação possa afetar conceitos de função subjetiva, na versão Parsoniana, constitui um componente da ação conceitualmente encarado numa perspectiva relacional, isto é, advindo de uma relação ator-situação.

A decomposição dos componentes do sistema social, mediante um esquema relacional ator-situação, coloca não o ator individual como unidade básica de análise, mas o processo de interação entre os atores no desempenho de seus papéis. Segundo PARSONS (1975), abstraindo-se o papel de um ator do sistema total de sua personalidade torna-se possível analisar a articulação de sua personalidade com a organização do sistema social.

Complementando a orientação analítica de Merton, a contribuição de Parsons confere, pois, ao sistema teórico de referência uma amplitude analítica, cujos conceitos, acredita-se, sejam capazes de apreender, objetivamente, os diversos elementos relacionados a novas práticas agrícolas num

sistema social em mudança.

3.3. O projeto Fruticultura como objeto de análise

A Fruticultura é analisada no presente estudo, sob duas dimensões: como projeto e como atividade. Como projeto é entendida como um instrumento de intervenção da Sociedade, orientado ao setor agrícola com propósitos definidos em torno do aumento de produção, da redução de importação e da fixação do pessoal ao seu meio. Como atividade, se definicomo uma nova linha de exploração proposta ao produtor, como objeto-meio, constituinte de uma dada situação rural.

Dois níveis de análise são, pois, distingüídos no presente estudo: O primeiro situa-se no plano dos objetivos explícitos da fruticultura como projeto; o segundo refere-se às conseqüências implícitas do projeto, isto é, da fruticultura, como atividade da unidade de produção agrícola. Esta distinção é baseada nos conceitos "*Função Manifesta*" e "*Função Latente*", que respectivamente se referem: a) aos propósitos intencionados de um objeto, levando um grupo ou sistema social a um ajustamento; b) a conseqüências não intencionadas de um fato ou objeto social para um sistema social (MERTON, 1970).

O setor rural é concebido como um sistema social, que, por sua vez, articula-se em termos políticos, culturais, sociais e econômicos com o sistema social inclusivo,

isto é, com a sociedade como um todo. Entende-se "o rural" como um subsistema inserido na sociedade.

Deve-se ressaltar a distinção que se faz entre o conteúdo do conceito "*inserção*" e de "*integração*". Integração expressa a unidade de um sistema vital em seu todo, onde seus subsistemas ou partes interrelacionados congruentemente contribuem e beneficiam-se mutualmente na dinâmica dos processos. Nesta perspectiva, um subsistema pertencente a um sistema assim caracterizado encontra-se "*ajustado*". O conceito de inserção se distingue por transmitir a noção de conexão entre os subsistemas podendo ser entendido como graus de integração, ou integração parcial. Nesse sentido, MERTON (1970: p.102) também, considera que "... *não se pode admitir a completa integração de todas as sociedades, mas que esta é uma questão de fato, empírica, na qual devemos estar preparados a encontrar uma escala de graus de integração*".

Distingue-se o setor rural como um sistema social, cuja realidade é expressa em termos de grupos, ou categorias sociais. O maior ou menor grau de integração se define na medida que as categorias participam de uma ordem econômica capitalista, que tem por base a economia de mercado. A sociedade atinge sua plenitude, em seu processo de desenvolvimento, quando os subsistemas estiverem, não apenas interrelacionados, mas, também integrados, mediante uma economia de mercado onde as relações de troca tendem a favorecê-los. A sociedade estará, então, ajustada mediante subsis-

temas interdependentes.

A interrelação social do setor rural com o sistema mais amplo é efetuada através dos grupos sociais, sendo, porém, que determinados grupos poderão estar mais interrelacionados do que outros, ou até integrados.

A concepção de sistema de ação de Parsons envolve, intrinsecamente, um conceito de racionalidade no sentido de que os atores são movidos em busca de fins ou interesses, visando maximizar gratificações e evitar privações.

Quatro subsistemas são básicos na conceituação analítica da ação humana, na perspectiva de Parson: o subsistema orgânico, subsistema de personalidade, o subsistema cultural e o subsistema social. Cada subsistema deve ser considerado independentemente quanto a seus elementos organizacionais em termos analíticos, embora se interpretem e se interrelacionem.

A situação em que se desenvolve a ação é definida como consistindo de objetos sociais e não sociais, em relação aos quais os atores se orientam diferentemente e em conformidade com a natureza dos objetos. Nessa perspectiva, os vários objetos constituintes situacionais são caracterizados em: culturais, sociais e empíricos.

Os objetos sociais são representados pelos atores individuais e coletivos. Nesse sentido cada indivíduo é um ator, objeto de orientação, tanto para si como para os ou-

tros atores. Também um grupo ou categoria de atores pode ser tomado como unidade de referência. Atores, que participam de situações com determinadas características em comum, denominam-se grupos ou categorias sociais. Tais categorias, à medida que se articulam entre si e com outras que extravasam o setor rural, projetam-se num mundo de orientação e influência de origem externa, conferindo um caráter dinâmico à natureza dos componentes do sistema de orientação da ação.

Os objetos culturais são as crenças, idéias, padrões de valor e elementos simbólicos da tradição cultural. Os elementos culturais tendem a oferecer maior estabilidade ao interior do sistema de ação, entendendo-se, porém, que não permanecem estáticos.

Os objetos empíricos representam elementos constituintes da situação que não interagem com os atores, embora possam influenciar as ações. Constituem os "*meios*" (elementos que os atores utilizam na consecução das metas) e as "*condições*" objetivas (elementos fora de controle do ator), que podem limitar ou favorecer seus objetivos. Os elementos fora de controle do ator são aqui denominados "*condicionantes da ação*". Tais aspectos adquirem expressão analítica no presente trabalho, de vez que a fruticultura constitui um dos objetos meios, que tem por meta proporcionar uma gratificação "*econômica*" às diversas categorias e, nesse sentido, supõe-se, de acordo com seu projeto, ser uma tecnologia socialmente adequada. A preocupação converge para a constatação objetiva do fa

to, bem como para a apreensão dos elementos que estão relacionados à sua efetivação como atividade agrícola. Procura-se detectar dessa maneira, a nível das categorias rurais, os elementos que condicionam a utilização da fruticultura, como também os aspectos de orientação da ação, que levam-na a reagir positiva ou negativamente em relação ao objeto-meio.

O ambiente empírico em que se desenvolve a ação que será analisada é representado por uma situação constituída de objetos, entre os quais destacam-se: tamanho da propriedade da terra, ou da unidade produtiva, os meios de transporte, a estrutura de comercialização, o preço do produto, o crédito agrícola, os quais assim definidos poderão favorecer ou limitar a utilização do objeto. É ainda contemplado com objetos-meios, os quais constituem as demais "*alternativas*", que poderão gratificar o ator em maior ou menor grau, de acordo com seus interesses, definidos à luz da estrutura de sua personalidade. Esses objetos-meios são as demais explorações, instrumentos e práticas agrícolas.

Na relação ator-situação ressalta-se a motivação para a ação. Ela é subjetiva e move o ator em busca de metas, definidos em consonância com padrões culturais. Deve-se entender que a energia motivacional, que impulsiona o ator, processa-se no sistema ator-situação e, embora seja subjetiva e tenha suas origens no organismo do indivíduo, não deve ser considerada simplesmente como uma energia que busca o atendimento da "*necessidade básica do organismo*". Antes, a or

ganização dos elementos da ação constituem uma "*disposição para a ação*", cujo produto advem da sua relação com os elementos constituintes da situação.

A organização da ação é efetuada com base nos elementos orientadores da ação, que podem ser de ordem motivacional e de valor. Estão contemplados não somente aqueles elementos que o ator percebe na realidade presente, mas, também os elementos frutos da experiência de sua relação com a situação. Assim, a não utilização de determinados meios pode ter relação com a não obtenção de gratificação, ocorrida em experiências passadas.

Para cada ação que se organiza, estrutura-se um sistema de expectativas que vai definir o grau de realização do ator. Assim, com a utilização de um objeto-meio espera-se atingir a meta definida previamente. Por exemplo, em torno do objeto fruticultura desenvolve-se expectativas tais como: melhorar o rendimento econômico, assegurar um limite de renda, etc...

Com relação aos objetos-meios, a ação que se desenvolve na situação é orientada pelos tais objetos, sendo que as propriedades dos objetos, bem como o produto de sua utilização, constituem elementos contemplados num balanço crítico que é efetuado pelo ator, visando maximizar gratificações. O resultado desse balanço, em função de suas expectativas, o fará optar por uma das alternativas da situação.

No que se refere aos elementos de orientação

motivacional, três aspectos se manifestam nesse processo:

- o aspecto cognitivo: diz respeito à forma como o ator percebe um objeto em relação a seu sistema disposição-necessidade;
- o aspecto catético: diz respeito a um envolvimento de caráter emocional com o objeto;
- o aspecto avaliativo: relaciona-se com o envolvimento de orientações de objetos anteriores, num esforço de otimizar gratificações, recaindo num dos objetos-meio da ação (PARSONS:1968, p.81).

Em estreita relação com a orientação motivacional, a orientação de valor submete o ator a marcos ou padrões normativos num processo de escolha. Constituem elementos normativos os padrões cognitivos, estético e moral. A distinção dos vários aspectos do processo de orientação da ação é efetuada apenas para fins analíticos, o que não quer dizer que num processo real de ação tais elementos categorizados se desenvolvam distintamente nas diferentes etapas da ação.

A reação positiva ou negativa em relação à utilização de um objeto-meio é, pois, definido em função de padrões regulados culturalmente e em função de elementos de orientação, que se situam no âmbito de controle ou não do ator. Tem-se, então que, a não utilização de um objeto-meio pode estar relacionada aos elementos subjetivos da ação ou aos condi

cionantes empíricos da situação, em que se desenvolve a ação. Isto porque os atores possuem consciência dos objetos situacionais, em função do que eles percebem e dos seus interesses ou metas.

Considerando a relação ator-objeto, PARSONS coloca que o envolvimento do ator com qualquer objeto o submete a dilemas aos quais deve apresentar respostas. Estas respostas dizem respeito à opção por determinados padrões de orientação que constituem "*variáveis padrões*" de ação (Pattern Variables):

- 1) "*Universalismo-particularismo*": O ator opta pelo universalismo se, ao avaliar um objeto, adota os mesmos critérios para julgar um conjunto de objetos; ou, ao contrário, opta pelo particularismo se, avalia com critérios inerentes ao objeto.
- 2) "*Desempenho-qualidade*": O ator avalia um objeto pelo que ele produz, isto é, pelo seu desempenho; ou, inversamente, pelo que ele é, pela sua qualidade, independente de seus resultados.
- 3) "*Afetividade-neutralidade afetiva*": O ator pode referir-se a um objeto de forma afetiva, como, também, pode renunciar a afetividade.

- 4) *"Especificidade-difusão"*: As relações do ator podem ter um caráter específico, de cunho profissional, por exemplo, ou abranger aspectos gerais ou difusos.

Levando em conta o objetivo de integrar as categorias sociais no processo de desenvolvimento, a fruticultura somente é considerada relevante quando houver uma disposição por parte do ator em explorá-la visando o mercado. A relevância refere-se a uma decisão favorável à prática da fruticultura com vistas à busca de valores monetários. Assim, para que a fruticultura atinja seu objetivo, por um lado, deve haver subjetivamente uma prédisposição do ator para a utilização do objeto, por outro, para que o ator seja gratificado economicamente, os condicionantes situacionais devem estar ajustados à obtenção dessa gratificação.

Diferindo as características situacionais do sistema de ação dos atores aqui categorizados, a alternativa fruticultura tanto pode proporcionar a gratificação esperada como não, e, nesse sentido, demonstrar-se funcional ou disfuncional para determinada categoria, como também funcional ou disfuncional para a sociedade.

"A especificação das unidades, para as quais seja funcional um elemento social ou cultural, deve ser exigência expressa de uma estrutura teórica de análise funcional. Ela deve conceber que um determinado elemento tenha di-

versas consequências, funcionais e disfuncionais, para indivíduos, para subgrupos e para a estrutura e cultura social mais ampla" MERTON (1970: p.96-97).

O objeto demonstrar-se-á funcional à medida que sua efetivação como atividade propiciar um ajustamento do ator na situação e no âmbito da economia global, e disfuncional quando isto não se der ou fizer diminuir seu ajustamento MERTON (1970).

O ajuste que o instrumento visa proporcionar, tendo por base a economia de mercado, diz respeito a uma gratificação, sobretudo mas não exclusivamente, econômica e monetária. Usando a fruticultura, deve haver necessariamente gratificação econômica, condição para participação em um mercado de troca, cujo elemento mediador é o dinheiro. Assim, quanto maior a gratificação econômica, proporcionada pelo objeto, maior a possibilidade dos que dele se utilizam de se ajustar à nova ordem de integração societária e maior a possibilidade de aquisição de bens e serviços, que têm origem externa ao setor rural. Então, a fruticultura demonstrar-se-á:

Funcional, quando se apresentar como relevante na situação e os elementos condicionantes da ação permitirem ao ator com sua utilização, como objeto meio, obter uma gratificação econômica;

Disfuncional, quando se apresentar como relevante na situação e os elementos condicionantes da ação pri-

varem o ator, com a sua utilização como objeto-meio, de obter uma gratificação econômica.

Deve ficar claro que a não utilização da fruticultura pode estar relacionada à preservação da unidade vital do sistema, através de seus componentes, ou mediante a gratificação de caráter não econômico. Mas tal subsistema não está ajustado na perspectiva da sociedade, pois esta necessita de produtos para a alimentação de uma população não engajada na produção de alimentos, como também necessita vender os produtos aí fabricados. Nestas condições, o objeto pode predispor o ator ao seu uso, porém a não efetivação da ação poderá ser produto de uma racionalização, no qual estariam contemplados elementos empíricos, condicionantes, que limitariam o ator de obter a gratificação de acordo com sua expectativa. Tem-se, neste caso, uma condição de relevância do objeto, porém, uma limitação para usá-lo. O objeto pode também não motivar o ator, pois este pode não encontrar naquele as propriedades que possam gratificá-lo. Desse modo, tem-se uma condição de irrelevância do objeto.

Os casos de irrelevância do objeto, implicam num conceito de afuncionalidade, ou seja, o objeto-meio demonstra-se afuncional na situação.

Os diferentes resultados que podem ser obtidos com a atividade fruticultura estão relacionados com as diferentes funções que o subsistema da categoria de produtor assu

me na sua inserção no sistema social inclusivo.

Para que o sistema de ação do produtor se mantenha equilibrado neste sistema maior, certas necessidades ou requisitos de ordem interna e externa devem ser satisfeitos. Parsons destaca que em um sistema social quatro requisitos ou funções básicas devem ser preenchidas. Este conjunto de funções é conhecido pela sua forma abreviada A G I L.

- 1) Adaptativo: refere-se a adaptação do sistema às condições genéricas da situação. Realiza-se pelas ações que buscam recursos, estabelecendo relações com o meio exterior e proporcionando a troca de produtos.
- 2) Consecução de objetivos: relaciona-se com a definição de objetivos, com os interesses do sistema e com os meios utilizados na consecução das metas.
- 3) Integração: refere-se às ações que controlam o sistema evitando desvios em excessos. Asseguram ao sistema consistência e continuidade.
- 4) Latência: refere-se as ações acumuladas de energia que proporcionam a motivação para a busca de metas. As ações mantêm estreitas relações com padrões culturais.

As quatro funções do sistema tem, respectivamente, relação com os subsistemas da ação: o subsistema orgânico ou biológico, o sub-sistema de personalidade, o subsistema social e o subsistema cultural. Isto quer dizer então que o

sistema geral da ação em sua dimensão externa, tem o subsistema orgânico organizado através de seus elementos, envolvendo o organismo comportamental em torno da adaptação aos componentes do meio ambiente, e o subsistema de personalidade em torno da consecução dos objetivos ou metas. Em sua dimensão interna, o sistema de ação tem o subsistema cultural organizado em torno dos padrões de manutenção e o subsistema social em torno da integração das unidades de ação, entendidas como personalidades comprometidas em papéis.

3.4. Aspectos operacionais

A especificação de variáveis analíticas, após a definição do sistema teórico de pesquisa, visa melhor delimitar o processo de investigação. Esta orientação permitiu que se testasse um esquema operacional fundamentado em uma escala de mensuração de *"Padrões de Orientação do Produtor"*. Esta escala tinha como princípio que os padrões de orientação de caráter instrumental ou moderno estariam diretamente relacionados com o maior grau de exploração da nova alternativa fruticultura. Inversamente, um padrão de orientação tradicional ou expressivo estaria diretamente relacionado com um menor grau de plantio de frutíferas.

Submetida ao teste, a escala mostrou-se inadequada para este trabalho. Isto porque, de acordo com o que preconiza a técnica, a sua aplicação deve ser padronizada. Es

ta orientação fazia com que se obtivessem respostas induzidas deixando dúvidas quanto ao real posicionamento do entrevistado.

Concluiu-se ainda que, em razão do caráter sistêmico da abordagem Parsoniana, a fixação prévia de algumas variáveis analíticas viria empobrecer substancialmente o potencial analítico que os conceitos oferecem. Verificou-se, então, que a reconstrução analítica da realidade empírica, tendo como fulcro o modelo AGIL, demonstrar-se-ia mais apropriado. Explorou-se as dimensões funcionais do sistema social apreendendo as orientações ou ações que procuram satisfazer as necessidades do sistema, na perspectiva do produtor. Embora as quatro funções orientem a análise, é basicamente a partir da função integração que se procura entender o sistema rural.

A análise trata dos aspectos subjacentes ao Projeto Fruticultura e nesse sentido situa-se no âmbito dos produtores, que operam em unidades produtivas com características semelhantes (categoria de produtores). Não se trata da reconstrução ampla do sistema social rural. Procura-se entender sob que forma os produtores, através de seu papel, se articulam com a sociedade e, em segundo lugar, o que significa a nova alternativa para o sistema de ação desses produtores.

Segue esquema de conceitos básicos para a operacionalização do estudo.

RESUMO ANALÍTICO-OPERACIONAL

OBJETIVOS EXPLÍCITOS (Função Manifesta)	PROJETO FRUTICULTURA				S O C I E D A D E
	CONSEQUÊNCIAS IMPLÍCITAS (FUNÇÃO LATENTE)				
	CAMPONESES	EMPR. FAMILIAR	EMPR. CAPITALISTA		
• Maior produção	Func.	Func.	Func.	→ Func. → Ajuste Socioecon.	
• Contenção de Im- portações.	Disf.	Disf.	Disf.	→ Disf. → Desajuste Socioecon.	
• Fixação do homem ao campo.	Af.	Af.	Af.	→ Disf. → Desajuste Socioecon.	
	Func.	Disf.	Disf.		
	Func.	Af.	Af.		
	Func.	Disf.	Af.		
	Func.	Af.	Disf.		
	Disf.	Func.	Disf.		
	Af.	Func.	Af.	→ Func. → Desajuste Socioecon.	
	Disf.	Func.	Af.		
	Af.	Func.	Disf.		
	Disf.	Disf.	Func.		
	Af.	Af.	Func.		
	Disf.	Af.	Func.		
	Af.	Disf.	Func.		

Func. = Funcional

Disf. = Disfuncional

Af. = Afuncional

3.5. Hipótese básica

A Fruticultura (como projeto), em sua função manifesta, demonstra-se funcional para a sociedade e, (como atividade) em sua dimensão latente, produz diferentes resultados funcionais para as categorias de produtores rurais, gerando por consequência, um desajuste sócioeconômico do sistema social rural.

4. CONTEXTO E PROCEDIMENTO DO ESTUDO

4.1. Área de estudo

O presente estudo é desenvolvido no Município de Iratí, situado no sul do Paraná, a 150 km de Curitiba, capital do Estado, e tem como coordenadas geográficas $25^{\circ} 27' 56''$ de latitude sul e $50^{\circ} 37' 51''$ de longitude W. Gr. Limita-se ao norte com Imbituva e Prudentópolis; ao oeste, com Guaraçuva; ao sul, com Rio do Sul e Rebouças; e, ao leste, com Teixeira Soares.

É componente de microrregião homogênea, que leva o nome de Iratí, constituída pelos municípios de: Imbituva, Mallet, Rebouças, Teixeira Soares, Iratí, Prudentópolis e Rio Azul.

Iratí ocupa 976 km^2 , com 39.203 habitantes as-

sim distribuídos: 16.209 na zona urbana e 23.094 na zona rural.

A sede municipal está a 812 metros de altitude, caracterizando-se por um clima frio e úmido, registrando-se frequentes geadas. A temperatura atinge anualmente uma média de 24°C, média das mínimas de 11°C e média compensada de 17°C.

A topografia é bastante acidentada, sendo que dois terços da área pode ser considerada montanhosa. Com fertilidade do solo bastante baixa e acidez pronunciada, a região apresenta, de maneira geral, baixo índice de produtividade agrícola. Destacam-se, em termos de principais culturas, o milho, a batata, o arroz e a cebola.

Observações realizadas revelam a concentração das culturas mencionadas em pequenas e médias propriedades agrícolas. Conforme mostra a Tabela 7, 71,4% das propriedades agrícolas situam-se em estratos com área inferior a 20 ha, ocupando 32,8% da área total. Entre os estratos de 20 a 100 ha, tem-se 27,6% das propriedades ocupando 52,9% da área total das propriedades agrícolas.

Tabela 7 - Estrutura Fundiária de Iratí - 1972.

ESTRATOS	PROPRIEDADES		ÁREA TOTAL	
	Nº	%	Ha	%
0 - 5	1.087	25,8	2.866,4	3,8
5 - 10	821	19,4	6.149,4	8,0
10 - 15	646	15,3	8.026,3	10,5
15 - 20	461	10,9	8.094,7	10,6
20 - 50	1.002	23,7	29.404,5	38,5
50 - 100	163	3,9	10.968,9	14,4
+ de 100	42	1,0	10.959,8	14,3
T O T A L	4.222	100,0	76.470,0	100,0

FONTE: INCRA (1972).

O município de Iratí, assim como toda a microrregião, é marcada por uma população de etnia bastante diversificada. Assim, os agricultores são, em sua maioria, descendentes de imigrantes europeus (Poloneses, Holandeses, Alemães, Italianos e Ucranios). Instalaram-se em núcleos, em diferentes pontos do município. A maior concentração em determinados locais, dadas as condições de solo ou de estrutura viária do município, fez surgir importantes núcleos, hoje elevados a distritos: Gonçalves Júnior, Guamirim e Itaparã.

A ocupação de lotes no local, num primeiro momento, deu-se espontaneamente, sendo mais tarde dirigida pelo governo federal. Em 1908 instalou-se, através de órgãos federais, os núcleos de Gonçalves Júnior e Itaparã, sendo Holande

ses os primeiros imigrantes a chegarem à colônia Gonçalves Jú
nior.

A localização de Iratí é estratégica, pois, situa-se próximo aos polos dinâmicos de Curitiba e de Ponta Grossa. O acesso a esses centros serve de entroncamento a outros, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, facilitado por estradas de rodagem asfaltadas. Iratí dista apenas 80 km de Ponta Grossa, 150 km de Curitiba e 108 km de Guarapuava. É servido, ainda, por estradas com boas condições de tráfego, tais como: Iratí-Imbituva, Iratí-Guarapuava, Via Inácio Martins, Iratí-União da Vitória, Iratí-Ponta Grossa e Via Teixeira Soares. Além de estradas de rodagem, Iratí é servida pela Rede Ferroviária Federal. As estradas que ligam o interior do município à cidade oferecem boas condições de tráfego o ano todo.

Circulam no local quatro jornais diários da capital do Estado, um de São Paulo, e um semanário local. A Rádio Difusora de Iratí, única no local, possui grande penetração, não somente no interior do município, mas também em localidades vizinhas. Quatro canais de televisão podem ser captados na zona urbana, sendo esta ainda beneficiada pelo sistema telefônico de discagem direta (DDD).

Três agências bancárias (Banco do Brasil, Banco do Estado e Bamerindus), mais a Caixa Econômica Federal, centralizam o movimento financeiro. A cidade possui indústria de beneficiamento de trigo, milho e arroz e de transfor

mação de madeira, totalizando 91 estabelecimentos industriais.

Segundo informação obtida no IBGE local, 90% da produção agrícola é comercializada por intermediários. Existem duas organizações cooperativas constituídas por produtores rurais: a Cooperativa Agrícola de Iratí Ltda e a Cooperativa de Produtores de Leite. A segunda centraliza toda a comercialização de leite, enquanto que a primeira concentra-se mais na comercialização da soja, do trigo e do feijão.

Uma estação experimental, vinculada ao Instituto Agrônômico do Paraná, testa tecnologias, que são preconizadas pelo sistema de pesquisa à microrregião.

4.2. Descrição geral da área

4.2.1. Aspectos socioculturais

Os agricultores agrupam-se em núcleos, sendo que a área residencial nem sempre se situa próxima a área de cultivo da lavoura, que dista às vezes de 5 a 6 km, não permitindo que os produtores regressem nas horas das refeições. Nessa situação, a alimentação básica diária é levada até o local de trabalho por um dos filhos ou pela própria esposa do produtor. Quando a mulher compõe a força de trabalho e existem filhos pequenos, estes acompanham os pais permanecendo o dia todo nos arredores da lavoura. Quando há poucos componentes na família, isto é, 2 a 3 filhos, a mulher participa dos trabalhos da lavoura. A medida que a família conta com maior

número de braços (3 e mais), a mulher limita-se a trabalhos domésticos. Quando nos referimos à mulher, queremos dizer a esposa do chefe da família, pois, quanto às filhas após 7 a 8 anos de idade integram ativamente o contingente de mão-de-obra, embora, muitas vezes, limitando-se a trabalhos que exigem menor dispêndio de energia física.

Como instrumentos de trabalho, geralmente, é utilizado o arado de aiveca e a grade, movidos à tração animal, enxada e, em alguns casos, carpideiras e plantadeiras. Normalmente, a carroça movida a cavalo constitui o veículo de locomoção para a família e para o transporte de instrumentos e de produtos agrícolas, do local de residência à propriedade agrícola, e desta ao comércio local. Com relação à utilização de maquinaria moderna, ainda são poucos que dela se utilizam. Segundo dados da EMATER-PR., no ano agrícola 75/76 haviam no município 252 máquinas modernas para um total de 4.222 propriedades agrícolas. A Tabela 8 nos fornece dados sobre os equipamentos pesados, utilizados pelos agricultores de Irati, no ano agrícola 1975/76.

Tabela 8 - Máquinas agrícolas existentes no município de Irati, 1975/1976.

T I P O	Nº
Trator de roda.	190
Trator de esteira	6
Micro-trator.	26
Trilhadeira	20
Colhedeira.	12

FONTE: EMATER-PR (1976).

A organização do trabalho se restringe ao âmbito familiar, raramente se encontrando formas de trabalho em bases coletivas, tais como os chamados mutirões, ou quaisquer outras baseadas na permuta de trabalho.

Aos domingos e dias santos, a família não se desloca para o trabalho, indo à igreja pela manhã. Após o culto, os grupos se reúnem nos botequins, nos lares ou num campo de esportes, seja para trocar idéias sobre a atividade agrícola em geral, para se atualizar sobre os assuntos gerais do povoado, ou para lazer. Periodicamente, são realizados jogos e encontros entre clubes de outros núcleos municipais ou intermunicipais. A religião católica ou protestante, principalmente, determina os dias feriados no campo, bem como as festas em suas respectivas Igrejas. Embora grupos de descendência diversa possam pertencer à mesma religião, é interessante observar que alguns grupos conservam os rituais de origem e constituem um grupo à parte. Os Ucrânicos erigiram sua própria igreja, mesmo havendo uma igreja da mesma religião, frequentada por grupos de pessoas de outra origem como a polonesa ou italiana. A população rural, em sua maioria, pertence a uma ou outra religião, mantendo-se fiel às suas crenças e princípios religiosos.

A presença do curandeiro é encontrada em vários núcleos, e persistem crenças que são observadas no plantio ou na condução de lavouras. Assim, *"batata deve ser plantada na lua cheia para dar graúda"*, *"mulher grávida não pode*

entrar em horta que o piolho ataca as hortaliças".

No âmbito da economia, na atividade ocupacional, é que os atores são mais intensamente persuadidos a adotar novos meios relacionados à produção, tanto no que se refere aos aspectos conceituais, quanto instrumentais. Assim, há de se considerar a ação dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural que atuam no processo de mudança. O Serviço de Extensão Rural já vem atuando, através de seus projetos, por um período de 22 anos, mediante técnicos que assistem técnica e organizacionalmente os produtores.

Novas técnicas de produção fazem parte de alternativas que configuram novos meios que visam assegurar a consecução de metas do produtor. Atualmente, uma equipe de cinco técnicos atua no local. Um agrônomo presta serviços de assistência técnica no setor de fruticultura; um zootecnista assiste o setor de pecuária leiteira; um agrônomo desenvolve atividade junto à Cooperativa Agrícola Irati Ltda ; e um técnico agrícola com uma técnica em Bem-Estar Social integram a equipe que executa o projeto ligado à agricultura de *"Baixa-Renda"*.

O trabalho com Juventude Rural é executado no local desde 1968, por uma equipe constituída por um técnico em Juventude Rural e por uma técnica em Bem-Estar Social.

O serviço de Extensão Rural atinge a população rural através de meios grupais, individuais e massais, assim como através de elementos do povoado que desfrutam de

prestígio e de poder influenciador, servindo como instrumento irradiador das inovações a disseminar. O rádio é uma das grandes forças comunicadoras no local, atingindo a maioria da população, que possui receptor e ouve os programas de orientação agrícola.

Em período anterior ao trabalho da EMATER-PR, a Secretaria da Agricultura também prestava serviços assistenciais. Atualmente, a assistência técnica é apenas prestada pelo Serviço de Extensão Rural, vinculado à Secretaria da Agricultura. Evidentemente, os atores rurais não estão sujeitos apenas à ação dos agentes oficiais de mudança no meio rural mas, também, de elementos diversos que passam a constituir novos componentes de orientação. Entre eles, situam-se os agentes vendedores de produtos agrícolas, os técnicos da cooperativa de leite, os agentes de comércio em geral, elementos ligados às atividades urbanas e, ainda, os recursos de comunicação, que, em conjunto, compõem um universo de novos padrões, que penetram o setor rural, seja através de produtos de origem externa ao subsistema, seja através de idéias e estilos vivenciais.

De maneira geral, novos meios de produção já vem sendo adquiridos pelos produtores. Assim, dificilmente se encontra um produtor rural que não utilize pelo menos uma inovação tecnológica qualquer. Contudo, percebe-se que algumas dessas inovações são usadas incorretamente evidenciando desconhecimento sobre alguns dos seus atributos. Deparou-se com si

tuações, em que o produtor rural não tinha o mínimo de informação necessária para o manejo adequado de modernos instrumentos de produção. Pode-se citar como referência o entrevistado nº 33 que, desinformado sobre a natureza da tecnologia (no caso adubo nitrogenado), aplicou em sua lavoura quantidades excessivas do produto, com localização incorreta, o que o levou a perder 80% de sua cultura. Essa situação, evidentemente, deixa o ator prevenido contra a tecnologia da adubação e outras inovações.

Ainda no que se refere aos órgãos de atuação no meio rural, destaca-se a Cooperativa Agrícola de Iratí Ltda, organização estabelecida em bases cooperativistas, que visa a organização da produção do produtor rural. A cooperativa, atualmente, desenvolve junto à população, através de técnicos treinados, um trabalho de doutrinação cooperativista, visando uma participação mais efetiva e eficiente dos cooperados e uma expansão do seu quadro. Contudo, problemas de ordem administrativa, técnica e gerencial, vêm influenciando negativamente no trabalho, levando o agricultor a desacreditar na organização que, teoricamente, seria o instrumento adequado para resolver um dos seus principais problemas, a comercialização da produção.

A Cooperativa de Produtores de Leite centraliza toda a produção da pecuária leiteira, cuja expansão se deu através dos Planos de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL), executado pela Cooperativa em convênio com a EMATER-PR.

4.2.2. Meios e condicionantes básicos da situação

Como alternativas principais, que se oferecem como meio para a realização de metas, têm-se na situação as culturas de milho, feijão, batata, cebola, arroz, soja e trigo. Batata, feijão, milho e cebola constituem espécies tradicionalmente cultivadas. Deve-se ressaltar que a batata tem projetado o local no cenário econômico, como importante fornecedor desse produto, abastecendo cidades tais como: Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nos últimos anos novas alternativas tem surgido no local, entre as quais a cultura da soja e de trigo, cultivadas por proprietários de grandes extensões de terra adequadas a tais produtos. Contudo, elas não se expandiram a ponto de prejudicar a produção de culturas de subsistência. Os produtores, que se lançaram na nova alternativa, são proprietários de grandes áreas e apenas as exploram mais intensivamente. Houve expansão de área plantada mas não substituição de cultura.

Predominando no local pequenos e médios proprietários de terra, e dada a carência de área e de recursos para investir, eles se vêem impossibilitados de desenvolver este tipo de empreendimento agrícola. Assim, o cultivo rotativo de soja e de trigo encontra-se, na atualidade, estabelecido, não sofrendo expansão, seja pelas próprias limitações estruturais da região, seja por aspectos relacionados ao pre-

ço e à demanda do produto. No que se refere à cultura do trigo, houve uma redução da área do cultivo, dada a carência de sementes adequadas à região, levando os atores a substituir a cultura de trigo pela cultura de cevada.

Como componentes de novas alternativas, a pecuária de leite constitui uma atividade que já teve seu momento dinâmico de expansão. É um programa que vem sendo executado desde 1974, em convênio com o Serviço de Extensão Rural e faz parte do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira. Na atualidade, o plano encontra-se parcialmente estagnado por falta de recursos, destinados ao financiamento dos projetos de instalação e manutenção de empreendimento leiteiro.

Ainda no plano das novas alternativas, a fru-ticultura - atividade em análise no presente estudo - vem sendo executada como projeto por um período de cinco anos.

As diversas alternativas, principalmente as que são incluídas em programas de fomento à produção, vêm-se contempladas, além da assistência técnica, com fatores de estímulo com o financiamento de custeio da produção. Assim, os programas de crédito rural, abrangendo, principalmente, as culturas de soja, trigo, batata, milho e feijão, tem por objetivo dotar os atores de recursos para a execução de seus planos, através de diversas modalidades: Crédito corrente, supervisionado, educativo e de repasse via cooperativa. Ainda mais, vários programas especiais refletiram e refletem a política de

crédito rural, tais como: o Plano de Desenvolvimento da Pe-
cuária Leiteira (PDPL); o crédito para a Fruticultura; o Pro-
grama de Silos e Armazéns (PRONAZEM); e o Programa de Calcã-
rio (PROCAL).

A comercialização dos produtos agrícolas é rea-
lizada em grande parte por intermediários da região, de quem
a maioria dos agricultores são dependentes. Apenas a Coopera-
tiva Agrícola de Irati tem armazéns sob controle de produto-
res rurais. Contudo, tem uma capacidade de armazenamento de
produtos menor que os dos intermediários. Conforme dados do
IBGE, existem no local 28 intermediários com capacidade total
de armazenamento de 62.526 m^3 , para uma estimativa de 50.020,8
toneladas, aproximadamente. Os quatro silos existentes no lo-
cal possuem 7.010 t. de capacidade, dos quais um deles perten-
ce a CIBRAZEM com capacidade de 2.400 toneladas. Comparativa-
mente, temos uma capacidade armazenadora de 54.610 toneladas
nas mãos de intermediários, enquanto que apenas 8.400 t. de
produtos agrícolas podem ser armazenados sob controle esta-
tal. Nas mãos de intermediários encontram-se, pois, os produ-
tos de maior importância econômica da região, quais sejam, fei-
jão, milho, batata e cebola.

O leite constitui o único produto comercializa-
do totalmente por organização cooperativista. Embora a fruti-
cultura constitua uma atividade ainda não muito expressiva eco-
nomicamente, já surgem os interessados na sua comercializa-
ção, à medida que a produção se avoluma. Na última safra, se-

gundo depoimento dos fruticultores, enquanto alguns entregavam o produto direto aos consumidores locais a um preço de Cr\$ 8,00 a Cr\$ 10,00 o kg da fruta selecionada, outros entregavam-na a intermediários a Cr\$ 20,00 a caixa de 20 kg. Bons negócios foram realizados por aqueles que dispunham de meios de transporte, tendo condições de colocar os produtos em mercados vizinhos. A Fruticultura carece de uma estrutura de comercialização orientada aos interesses do fruticultor e que abranja desde a classificação e acondicionamento de frutos até a venda do produto.

Os fatores relacionados à comercialização dos produtos agrícolas demonstram, pois, estar fora do controle do produtor, que tampouco se acha organizado para interferir ou reivindicar medidas, que possam beneficiá-lo diretamente na obtenção de melhores preços. Estes, oscilando constantemente, condicionam todo o rendimento econômico da produção agrícola e influem diretamente no comportamento do agricultor com relação à orientação da unidade de produção para a substência ou mercado. Embora os preços mínimos sejam fixados anualmente por órgãos do governo, não correspondem, muitas vezes, aos custos reais, sob a ótica do produtor. Esta situação gera comportamentos que serão analisados no quinto segmento deste trabalho.

As alternativas agrícolas, cujos resultados econômicos, além de se verem condicionados por fatores relacionados à comercialização, devem ajustar-se às caracterís-

ticas de cada propriedade, em grande parte bastante limitantes no que se refere à fertilidade, topografia, tamanho e distância da sede do município.

4.3. A Pesquisa

4.3.1. Material de Pesquisa

Foram utilizadas as técnicas de Observação e Entrevista não diretiva. A pesquisa foi orientada por um roteiro, elaborado com elementos do sistema de conceitos do quadro analítico. O roteiro de pesquisa, embora estruturado em suas partes, não visava transformar a pesquisa em um esquema rígido, quanto a sequência e os vários aspectos a serem abordados. Isto quer dizer, que o desenrolar do processo de interação entre entrevistador e entrevistado é que indicava as questões a serem abordadas.

Além do roteiro de pesquisa foi aplicado um questionário visando o registro de dados quantitativos diretamente relacionado com o processo de produção agrícola.

4.3.2. Entrevistas

Na maioria das vezes, a entrevista foi realizada no local onde o agricultor se encontrava lavrando a terra. Isso contribuiu para aumentar a confiabilidade nos dados, tendo em vista o clima de informalidade, que se procurava culti-

var durante o processo de obtenção dos mesmos. Na medida que se obtinha essa informalidade na entrevista mais facilmente fluíam os elementos de interesse. Bastava conduzir o diálogo para as questões constantes do roteiro e os elementos pretendidos emergiam espontaneamente, sem que houvesse necessidade de formular perguntas diretas, através das quais se enfrentaria o risco de se obter respostas induzidas.

A informalidade no relacionamento não foi difícil de ser obtido em razão do entrevistador já conhecer vários aspectos da área de estudo, e de sua ação no local como profissional. Conhecendo de certa forma alguns problemas relacionados à tecnologia agrícola e outros de ordem infraestrutural, neles se apoiava para orientar a primeira parte do diálogo.

Procurou-se apreender aquelas orientações relacionadas com a atividade produtiva, mais especificamente aquelas que tinham relações com alternativas novas, entre elas a fruticultura.

As entrevistas foram realizadas com auxílio de um gravador. Nas primeiras, cientificava-se o entrevistado da sua utilização para o registro do diálogo. Constatou-se, porém, que a presença do aparelho gerava uma situação incômoda e, assim, nas entrevistas subseqüentes, não se informou de sua utilização, sendo o mesmo mantido afastado da vista do entrevistado.

Não houve nenhum caso de rejeição à entrevista.

4.3.3. Critério para estratificação dos produtores entrevistados

Inicialmente, foram identificadas duas grandes categorias de produtores: 1) Os produtores de origem agrícola, que praticam a agricultura como única e principal função: "*Produtores Genuinamente Agrícolas*". 2) Os produtores que praticam a agricultura em caráter temporário ou complementar à outra atividade não agrícola: "*Produtores Parciais*". No caso específico dos Fruticultores serão denominados: Fruticultores Genuínos e Fruticultores Parciais, respectivamente.

Os Produtores Genuínos, por sua vez, foram categorizados em conformidade com o critério de classificação de unidades produtivas desenvolvido por MOLINA FILHO (1976). Este autor classifica em quatro tipos básicos, as unidades de produção agrícola no Brasil (Unidade Camponesa, Empresário Familiar, Empresário Capitalista e Latifúndio), e considera como fundamentais três variáveis para discriminar as categorias de produtores: a) a participação no mercado; b) relações de produção; c) diversificação agrícola.

- *Participação no mercado* : refere-se à relação entre o valor total da produção obtida e o valor total da produção comercializada. O índice menor ou maior de 50% discrimina a categoria camponês e empresa familiar, respectivamente.

- *Relações de produção*: relaciona-se com o tipo de mão-de-obra utilizada pela unidade produtiva, que pode ser:

familiar, assalariada ou, eventualmente, parceira. A mão-de-obra assalariada relaciona-se com a empresa capitalista.

- *Diversificação agrícola*: relaciona-se com o grau de especialização de empreendimento agrícola. O índice é fornecido pela fórmula:

$$D = \frac{1}{\sum f_i^2}$$

onde:

D = grau de diversificação.

f_i = fração da renda bruta total proveniente de cada uma das linhas de exploração (i).

A unidade totalmente especializada tem D com índice = 1.

O grau de especialização (que é inverso de D) varia de 0 a +1.

A participação da mão-de-obra foi calculada à luz da tabela abaixo, conforme ERVEN (1969:137) citado por MOLINA FILHO (1976).

I D A D E	EQUIVALENTE-HOMEM	
	Homem	Mulher
10 - 14	0,5	0,5
15 - 17	0,8	0,8
18 - 59	1,0	0,8
60 e mais	0,8	0,5

4.3.4. Estratificação dos entrevistados

Todos os 49 produtores envolvidos no projeto fruticultura foram considerados no estudo. Neste total incluem-se produtores que já cultivavam frutas, outros que ainda não praticavam fruticultura orientada para o mercado, mas que já experimentavam a atividade com reduzido número de pés, e, ainda, outros que apenas mantiveram contatos com os agentes de extensão.

Foram entrevistados 14 agricultores, genuínos e parciais não fruticultores, tomados ao acaso, visando obter maior segurança para explicar os aspectos relacionados à rejeição da fruticultura. No total foram entrevistados 63 produtores, entre fruticultores e não fruticultores.

Dos 63 produtores entrevistados, 40 são produtores genuínos e 23 produtores parciais. Posteriormente, os da dos de dois produtores genuínos (um parceiro e um arrendatário) foram rejeitados por não se enquadrarem nos requisitos exigidos para o presente estudo.

Os dados referentes à categorização dos produtores genuínos, segundo os critérios estabelecidos, são apre sentados na Tabela 9.

Tabela 9 - Situação dos Produtores Genuínos entrevistados, em relação a mão-de-obra, grau de participação no mercado e grau de especialização.

ENTR.	MÃO-DE-OBRA			GRAU DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO	GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO
	Familiar	Assal.	Outros		
1	4,4	-	-	0,80	0,32
2	6,1	-	-	0,74	0,350
3	4,0	-	-	0,60	0,244
4	6,4	-	-	0,60	0,234
5	1,0	2,0	-	0,98	0,585
6	1,8	-	-	0,51	0,516
7	3,0	-	-	0,71	0,315
9	5,0	-	-	0,62	0,270
10	3,0	-	-	0,94	0,438
11	2,6	-	-	0,23	0,261
12	2,0	-	-	0,66	0,382
13	3,4	1,0	-	0,86	0,530
14	2,0	2,0	-	0,97	0,317
15	1,8	-	-	0,55	0,327
16	1,8	-	-	0,89	0,263
17	1,8	-	-	0,57	0,263
18	2,6	-	-	0,68	0,289
19	1,8	-	-	0,59	0,497
20	1,8	-	-	0,66	0,250
21	1,0	2,0	-	0,62	0,289
22	3,4	-	-	0,62	0,403
23	1,8	-	-	0,47	0,220
24	1,0	2,0	-	0,84	0,406
26	3,4	-	-	0,59	0,202
27	1,8	-	-	0,69	0,347
28	1,8	-	-	0,57	0,248
31	1,8	-	-	0,48	0,281
32	5,4	-	-	0,70	0,196
33	2,6	-	-	0,52	0,222
34	3,0	-	-	0,85	0,344
35	2,6	-	-	0,54	0,245
36	1,8	-	-	0,76	0,197
37	1,8	-	-	0,57	0,196
41	3,4	-	-	0,82	0,581
42	1,0	2,6	4,0	0,47	0,290
44	3,0	1,0	-	0,96	0,418
57	1,8	1,0	-	0,98	0,382
59	4,4	-	-	0,62	0,396

Se verificarmos cada variável separadamente, constata-se que, com relação à mão-de-obra, predomina entre os produtores genuínos estudados a força de trabalho familiar. Somente as unidades 5, 21, 24 e 42 tem um equivalente em mão-de-obra familiar inferior à mão-de-obra assalariada.

Quanto à variável Grau de Participação no Mercado, os dados revelam que os produtores, de modo geral, orientam sua unidade de produção agrícola para o mercado, pois praticamente todos eles vendem mais de 50% de sua produção. Apenas um produtor, o nº 11, participa do mercado com 23% do valor total de sua produção.

Poucas unidades de produção revelam alto grau de especialização de culturas agrícolas. Somente as unidades 5, 6, 13, 19 e 41 estão especializados em grau equivalente ou superior a 0,5.

A Tabela 9 revela, pois, que a quase totalidade de produtores genuínos orientam sua produção predominantemente para o mercado, mesmo praticando a policultura.

Segundo critérios já definidos, a classificação das diversas unidades é baseada na combinação entre as três variáveis discriminantes principais. Nesta perspectiva, em termos absolutos, temos uma grande homogeneidade de produtores na amostra. Observa-se que, a rigor, apenas duas unidades se distanciam das demais. São as unidades 5 e 11. A unidade 5 apresenta uma predominância de mão-de-obra assalariada, um grau de participação no mercado correspondente a 0,98 e um

grau de especialização superior a 0,5, constituindo-se numa empresa capitalista. A unidade 11 revela utilização de mão-de-obra familiar, participação no mercado (0,23) inferior a 0,5 e grau de especialização também inferior a 0,5, classificando-se como camponesa.

As demais 36 unidades, considerando os dados apontados pelas variáveis, são categorizadas como Empresas Familiares. Destas, 19 já se dedicam à exploração de frutíferas.

Apenas a categoria dos Empresários Familiares permite a reconstrução do sistema de ação, uma vez que não se poderia com apenas uma unidade de cada categoria (Campones e Empresário Capitalista), representar a orientação normativa de uma categoria de atores. O grupo de produtores genuínos é representado pela categoria Empresário Familiar.

Serão excluídos da análise relacional ator-situação aqueles produtores que tradicionalmente não exercem a atividade agrícola, isto é, os produtores parciais. Essa orientação tem por base a pretensão de se detectar a estrutura organizacional da ação de um sistema constituído por atores que desempenham atividades tradicionais em um sistema social em mudança.

Por outro lado, quando da realização da análise dos resultados ou consequências da atividade fruticultura, serão consideradas as duas categorias envolvidas no projeto, isto é, o Empresário Familiar e os Fruticultores Parciais.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O caráter interdependente das várias funções do sistema social faz com que uma função não se realize de forma isolada no plano da realidade. Mesmo no plano analítico, embora possam se delimitar fronteiras para a análise, é praticamente impossível enfocar uma função de um subsistema sem se referir a outro. As funções sobrepõem-se completando-se, podendo apenas se realizar a análise a partir de um subsistema ou de outro, isto é, pode-se analisar as funções do sistema geral de ação da perspectiva de uma das funções, ou seja, da adaptação, da consecução de metas, da integração ou da latência. Neste sentido, são apreciadas as ações referentes às quatro funções do sistema, embora o processo analítico se concentre na função integração.

A exposição que segue consiste de uma articulação básica entre os vários aspectos dos subsistemas cultural, personalidade e social. Trata-se da orientação dos atores em busca de sua realização num processo de adaptação às condições gerais da situação.

Procura-se projetar os elementos que são contemplados objetivamente na eleição de uma ou de outra alternativa, definida como objeto-meio, constituinte da situação. A pluralidade de elementos orientadores da ação, inerente aos diversos objetos situacionais, adquirem unidade, compondo o universo de ação, ou o sistema de orientação e referência dos produtores rurais.

5.1. Função adaptação

A adaptação do sistema de ação da categoria Empresário Familiar, evidentemente, está relacionada à sua inserção no quadro da sociedade. Adaptando-se às várias situações impostas pelo sistema inclusivo, o setor rural sofre reajustes, transforma-se e molda seu caráter de persistência. As ações oriundas do meio externo desencadeiam o processo de transformação.

Dois aspectos são ressaltados na análise da função adaptação: a adaptação ao meio natural e a adaptação às atividades propostas pelo sistema inclusivo.

5.1.1. A adaptação ao meio natural

O processo produtivo agrícola local realiza-se sobre uma topografia ondulada a semi-ondulada, que dificulta a mecanização agrícola. Esta característica da topografia na região faz com que sejam exploradas culturas (como milho, feijão, cebola, batata) que podem dispensar o uso de máquinas agrícolas modernas. Esta condição local permite também persistir uma agricultura apoiada na força de trabalho familiar. O baixo valor da terra, em razão de sua característica topográfica e de sua baixa fertilidade, permite o acesso de pequenos produtores agrícolas à terra e não atrai grandes empresários interessados em praticar a agricultura em grande escala, através da mecanização, como nas regiões do Oeste e Norte do Paraná.

A agricultura de alimentos constitui, pois, uma atividade que se ajusta às características da situação.

A maior parte das unidades de produção pratica o sistema de pousio*. Este sistema constitui uma solução encontrada pelo produtor que, segundo sua percepção considera inviável a adubação em terras onduladas. Exemplo típico ocorre com o calcário que, ao ser adicionado ao solo, age como des-

*Sistema que consiste da prática de recuperação da fertilidade do solo de forma natural. Após um período de exploração, o solo é deixado em repouso, por um período de 3 anos a mais para que a natureza lhe devolva os nutrientes exauridos pelas plantas cultivadas.

compactador, tornando a camada arável mais friável e, assim, mais suscetível à lixiviação e à erosão.

....."o pessoal planta um pouco com adubo, um pouco assim... pra calcareá ninguém põe calcário... aqui caindo uma chuva forte leva tudo embora... a terra fica muito mole enquanto com o adubo não... O calcário é bom, mas tem que por mais no plano" (entr. nº 11).

....."aqui não dá pra plantar na técnica, o senhor veja, colocando adubo ou calcário aqui, escorre tudo" (entr. nº 9).

O ambiente físico em que se desenvolve o processo produtivo restringe, assim, o uso de insumos modernos nas culturas anuais. Esta característica local limita o uso de meios modernos de produção, como insumos e máquinas modernas, que passam a ser utilizados de forma moderada nessas culturas.

5.1.2. Adaptação às atividades propostas

Visando a obtenção de recursos produzidos na sociedade, o produtor dedica-se às atividades que, na sua perspectiva, permitem participar com vantagem nas relações de troca.

Por outro lado, o maior grau de especialização dos outros setores faz com que o setor rural seja levado a au

mentar o volume de produção, tanto de alimentos como de matéria-prima para a indústria. Além das atividades tradicionais, como a exploração de milho, feijão, arroz e batata, novas alternativas são propostas ao produtor, como a fumicultura, a fruticultura e a pecuária de leite. Estas novas alternativas passam a ser exploradas para o mercado, paralelamente às culturais tradicionais que lhes asseguram a subsistência.

... "plantamos de tudo sim, porque se um produto não dá, outro dá. Plantamos de tudo, pra vendê e pra comê; se não vendê como comprar o resto?..." (entr. nº 1).

... "eu planto para vendê né... sai da boca pra vendê, o que vai se fazê?"... (entr. nº 8).

As linhas de exploração voltadas para o mercado são de suma importância para o sistema inclusivo, uma vez que cabe ao setor rural a função específica de produzir alimentos. Maior produção para o mercado favorece a sociedade, pois, a especialização do setor rural, conseqüentemente, leva à busca de produtos de origem não agrícola. Esta especialização do setor agrícola, por outro lado, faz com que diversas linhas de exploração orientadas para o mercado satisfaçam um dos requisitos básicos do sistema, qual seja, o de possibilitar sua participação na troca de seus produtos por outros bens e serviços.

... "de primeiro, nós plantava mais batata, trigo e milho e feijão, cebola não plantava... não tinha comércio. Batata, por mais barato que fosse, ela saia, nê; podia ter a quantia que quizesse e o trigo também, mas parou de dã.... Aí larguemo a batata... quando ela dã, ela dã, quando dã bem, no fim, não tem preço; a gente tem que dã de graça e o adubo é muito caro e esse (defensivo) para pulverizar... bem, no fim, a gente perde um dinheiro grande do bolso..... no final das contas, dã zero mata zero; o que faz, gasta e não pode ir pra frente... não sobra..." (entr. nº 23).

A articulação do setor rural com o sistema social inclusivo se caracteriza pela diversificação das linhas de exploração do sistema produtivo, que reage segundo as oscilações do sistema econômico da sociedade. Articulando-se com a sociedade, o ator se depara com novos elementos de orientação para sua ação produtiva, os quais são finalmente internalizados no sistema de ação, realizando em última instância um processo de redimensionamento dos padrões de conduta.

A situação é enriquecida por elementos novos, o que leva os atores a ajustarem sua habilidade e as suas atitudes em relação à situação da sociedade.

5.2. Função consecução de metas

No desempenho de seu papel, o ator rural, ao de

finir suas metas, o faz de forma a assegurar a sua subsistên
cia, o que é obtido com um sistema tradicional de produção, e
busca uma realização econômica através de produtos comercializ
áveis. Nesse sentido, duas orientações são dadas concomitant
emente à unidade de produção agrícola: a preocupação com lin
has de exploração voltadas para o mercado e com culturas par
ra o auto-abastecimento. Culturas de auto-abastecimento ou
de subsistência são as necessárias à manutenção da família (com
o feijão, arroz, leite e seus derivados, frutas, verduras) e
as culturas complementares (como o milho) visam a alimentação
de animais domésticos e a produção de sementes. A preocupaç
ão de manter tais linhas de exploração é tida como racional,
pois *"já que se está lidando com plantação, planta-se pro gast*
o e não precisa comprar". Com exceção de um dos entrevistad
os, que manifestou propensão em cultivar exclusivamente as
linhas voltadas para o mercado, uma vez assegurada retornos
positivos, todos os demais sustentaram o interesse de *"plant*
ar para o gasto". A preocupação em explorar culturas com
boas perspectivas de mercado estão refletidas nos diversos dep
oimentos deste trabalho e especificamente nas afirmações:

*"...quando uma cultura dá mais, a gente planta
mais daquela; não larga as outras; continua
plantando, mas planta menos né..."* (entr. nº 28).

*"...na lavoura não está dando coisa nenhuma,
mas a gente vai plantando o feijão, a cebola*

prã vendê... a gente planta de tudo um pouco, mas aumenta mais esta planta que dá e diminue as outras". (entr. nº 22).

"Planto o que mais dá e pega menos chão". (entr. nº 21).

A escolha das culturas de mercado constituem pois o resultado de uma reflexão em que são contemplados os vários elementos que permitem alcançar uma maior gratificação econômica. Os elementos situacionais percebidos pelo ator rural, relacionados com o papel de produzir produtos agrícolas, orientam a racionalização de sua ação.

Infere-se, então, que, com a unidade de produção agrícola, tem-se por meta: (a) a produção de autoabastecimento visando a alimentação da família e a manutenção da unidade produtiva; e (b) a exploração de culturas de maior perspectiva de mercado, visando a obtenção de um maior rendimento econômico. Pode-se constatar ainda dois aspectos básicos e estreitamente relacionados com a obtenção das metas: 1) o bem-estar familiar e 2) o desejo de ver assegurado o futuro dos filhos.

5.3. Função integração

A situação que se projeta analiticamente é constituída por diversos objetos orientadores da ação.

Contudo, o uso de tais objetos só se concre

tiza quando: (1) o ator visualize a gratificação por ele estruturada; (2) as propriedades gratificantes do objeto mantêm consonância com os padrões normativos do ator e (3) os objetos empíricos, condicionantes, que se situam fora de seu controle, viabilizam a obtenção de metas. De acordo com a especificação das metas efetuadas anteriormente, o uso de objeto-meio relacionado com a atividade ocupacional se dá visando atingir aqueles objetivos ou a gratificação definida pelo ator. São definidas como objetos-meios, as diversas linhas de exploração, as práticas e tecnologias agrícolas necessárias para obtenção de maior produção e produtividade.

Referindo-se à utilização da tecnologia como objeto-meio, quatro entrevistados refletiram elementos de orientação relacionados a objetos não empíricos da situação. Tais elementos situam-se a nível do sistema cultural refletindo padrões costumeiros de orientação como: *"é muito trabalhoso"*, *"estou acostumado no meu sistema"*. Os elementos de orientação, em si abstratos, podem ser constatados nos argumentos abaixo.

Referindo-se ao plantio em conformidade com a técnica:

"... eu planto meio na cisma... assim meio no escuro..."

P. Por que?

R. *"Porque tem que levantá cedo"* (entr. nº 1).

"... eu ainda não aprovei a técnica, porque é muito trabalhosa" (entr. nº 7).

"... a gente planta no meu sistema mesmo..."

P. Por que?

R. (faz uma pausa para responder) *"... estou mais acostumado" (entr. nº 3).*

"... a gente vai levando assim no jeito da gente mesmo".

P. Mas o senhor não acha que, usando a técnica, rende mais?

R. *"rendê, rende, mas assim também dá" (entr. nº 10).*

Contudo, deve-se observar que as asserções colocadas não podem ser encaradas isoladamente em uma análise interpretativa. É preciso observar outros comportamentos manifestos, como a forma de conduzir a unidade de produção agrícola. O entrevistado nº 1, por exemplo, cultivava fumo dentro de um padrão tecnológico, orientado por técnicos da Souza Cruz. O nº 7 e o nº 3 cultivavam frutas, cultura que exige utilização de tecnologia moderna sob pena de não obter produção. Apenas o nº 4 não emprega tecnologia moderna. Interessante é que os entrevistados nºs 1, 7 e 3 empregam tecnologia moderna apenas na nova linha de exploração, não a utilizando nas cultivadas tradicionalmente. Essa condição expressa não uma oposição à valores novos ou a novos instrumentos de produção, mas um redimensionamento nos padrões de conduta, onde o sistema

de referência na manutenção da sua consistência, ora reflete valores tradicionais ora valores novos.

Os demais entrevistados, referindo-se à utilização da tecnologia refletiram elementos de orientação relacionados a objetos empíricos e sociais, constituintes da situação. De um modo geral, há um consenso em torno da necessidade de uso de meios tecnológicos para aumentar a produção. Tal fato é refletido mais especificamente na área de insumos modernos.

"... eu plantava no meu sistema, mas agora vou plantar na técnica; a terra é muito fraca, não dá rendimento" (entr. nº 28).

"... até agora deu sem a técnica, agora não tá dando mais"

"... eu quero plantar com a técnica" (entr. nº 15)

"... quanto às lavouras plantadas com a técnica não tem nem comparação... O uso da técnica sempre recompensa, pois aumenta a produção... Na batatinha tem que pôr adubo, senão não dá" (entr. nº 19).

Todavia, o uso de tecnologia como meio de maximizar a gratificação em torno de interesses econômicos é frequentemente racionalizado, tendo-se como base os condicionantes da situação. A racionalização do uso do adubo, por exemplo, está em função das expectativas que o ator forma em torno da gratificação que o objeto alternativo pode proporcionar.

Quando um determinado produto possui preço instável ou muito baixo, o adubo é usado em quantidades inferiores ao recomendado pela experimentação agrícola.

"... bem na técnica não dá pra arriscá né, por exemplo, no feijão eu ponho o adubo, mas está faltando a cobertura... a despesa é muito grande" (entr. 33).

"... aqui tudo deixou da técnica porque come muito adubo, que está muito caro" (entr. nº 20).
(referia-se a produção de milho).

"... o adubo, o calcário,... tudo é tão caro... e a gente não tira o que empata na planta".
(entr. nº 25) (plantador de milho).

O uso moderado de tecnologia constitui produto de uma ação racional em que se considera os fatores condicionantes da situação, tais como: o preço de venda do produto, as condições de fertilidade do solo e o custo dos insumos. Assim, tendo em vista a baixa relação benefício/custo que poderia privar o ator de obter a gratificação conforme suas expectativas, a solução é encontrada na utilização do adubo em quantidades reduzidas. Segundo a perspectiva do ator, contudo, o adubo ainda contribui com o aumento de produção e da produtividade.

"... eu acho assim se a gente põe um pouco de adubo ele rende um pouco, mais rende né,...nem

se planta assim "meio" (sem técnica)...ele se pre d ã n ê... Se plantasse a cebola sem adubo ela dava bem mais miúda nê, e [se] o preço não ajuda, ai dá menos nê... então se ela dá um pouco mais graúda rende mais..." (entr. nº 26).

"... a análise da terra veio muito tarde, aí deixei pro ano, daí eu vou plantã com a técnica... aí eu vou plantã um pouco, pra plantã bas tante também não dá... o adubo no preço que es t ã é meio caro nê... No preço que está o adubo no final dá prejuízo... olha... o preço do saco de adubo está Cr\$ 200,00 e de feijão Cr\$ 250,00, e o serviço e a semente como fi ca?..."

"Assim a gente planta um pouco com o sistema da gente e um pouco dentro da técnica" (entr. nº 16).

"... eu planto um pouco com a técnica um pouco com o meu sistema, se fosse pra plantã de acor do com a técnica... teria que plantã um pouco menos e gastã um pouco mais, mas talvez com pensasse nê... Aí tem muita gente que está plan tando (na técnica), mas é pra semente nê e es t ã plantando bem na técnica... já tem preço ga rantido por Cr\$ 400,00 o saco nê, quer dizer, daí a pessoa tem vontade de trabalhã nê... ago ra... [pensa] nós temos o preço meio baixo do feijão; se nós for levar tudo bem na técnica, no final não dá o lucro... e que 'Deus o li vre' a gente ainda perde um pouco... esta chu va de verão" (entr. nº 23).

Preço e mercado para os produtos são elementos de orientação relacionados a condicionantes situacionais, que têm contribuído para a não utilização de meios tecnológicos refletindo, em última instância, na mudança da linha de exploração.

"... de primeiro, nós plantava mais batata, trigo, milho e feijão, cebola não plantava... não tinha comércio. Batata, por mais barato que fôsse, ela saía, né, podia ter a quantia que quisesse e o trigo também, mas parou de dã. Aí larguemo a batata... quando ela dã, ela dã, quando dã bem, bem no fim, não tem preço, a gente tem que dã de graça e o adubo é muito caro e esse (defensivo) para pulverizar... bem no fim a gente perde e perde um dinheiro grande do bolso e serviço... no final das contas, dã zero mata zero, o que faz, gasta e não pode ir prá frente... não sobra..." (entr. nº 22).

"... o milho é uma cultura que ainda sai mais barato; a batatinha... não compensa plantá no preço que tá o adubo" (entr. nº 25).

Com relação à diversificação de linhas de exploração dirigidas para o mercado, os elementos de orientação que determinam a escolha das alternativas refletem acen-
tuadamente relações com objetos condicionantes, como preço do produto e perspectivas de mercado. Nos casos em que se tem oferecido novas alternativas de produção, não houve resistência do ator para com objeto catético de orientação da ação.

Este é o caso do fumo em expansão e da pecuária leiteira, assim como da fruticultura, objeto específico em análise.

A concretização das metas definidas anteriormente é somente possível com o ajuste dos objetos empíricos-meios de tal forma a satisfazer às expectativas. Não raras vezes, o ator é privado de obter a gratificação por ele esperada anteriormente. Os depoimentos expressos abaixo refletem os vários elementos de orientação que se relacionam com a manutenção das diversas linhas de exploração.

"... é preciso plantá de tudo um pouco porque o preço das coisas um ano é um, um ano é outro e, assim, um contrabalança o outro" (entr. nº 7).

"... a gente planta tudo porque daí um ou outro dá (uma ou outra planta dá rendimento). Se plantá só um daí pode não dá". (entr. nº 15).

"... planto diversas culturas prã equilibrá... se plantá uma sô coisa e aquilo não dá a gente vai rio abaixo" (entr. nº 23).

"... a gente tem que plantá de tudo um pouco, porque tem medo de plantá uma coisa só e não vendê". (entr. nº 6).

"... a gente não deixa de plantá as outras coisas pelo seguinte: o preço é uma coisa que ninguém garante; então, a gente não pode plantar

uma sô cultura... uma planta defende a outra né... por exemplo, a gente parte pro feijão e pra batata né e quando eu não posso contã com aquela mercadoria, a batatinha, então o feijão encobre né..." (entr. nº 27).

"... se o colono plantã sô uma cultura, se ele trabalha com o banco vai entregã até o terreno e vai trabalhã de camarada; eu planto de tudo um pouquinho, 'pro gasto'. Mas o que eu planto mais é feijão... por mô da venda né ...a maior força eu planto o feijão. O senhor faça a conta: embora eu venda a Cr\$ 240,00 o meu piã mais velho (filho), estã com 11 ano né e eu tenho que pagã camarada, então eu empreito e pago... Mas... o colono tem que joga com tudo porque se dã algum temporal perde tudo plantando uma coisa sô... e o preço da lavoura estã fraco. O senhor veja vai vendê um saco de feijão estã Cr\$ 240,00, não dã um saco de açúcar... O milho estã a Cr\$ 1,00 o kilo quando a gente compra, beneficiado estã Cr\$ 4,00. A mercadoria não tem valor na mão do colono, depois que ele vendeu e vai comprã já dobra... quer dize pro colono estã fraco... É que varia o preço das lavouras então a gente tem que jogã com tudo... O governo devia fazê um negócio devia fixã o preço; o senhor aĩ ia plantã e ia sabê quanto que ia vendê, então o senhor fazia idêia, o preço é esse, vou plantã isso aqui, vai me dã mais do que aquele, mas então como vai o preço então tem que jogã porque não dã pra se fiã naquilo". (entr. nº 31).

As diversas alternativas, são eleitas diante das condições que o ator visualiza, conforme o preço do produto, conforme as condições climáticas, fertilidade e topografia do solo, perspectivas de mercado, recursos financeiros e mão-de-obra. A manutenção de diversas linhas de exploração dirigidas para o mercado, além daquelas destinadas ao auto-abastecimento, é, antes de tudo, produto de uma racionalidade em que a meta básica do produtor deve ser atingida: a sua manutenção e da família.

A instabilidade de preço e oscilações de mercado para os produtos atenuam a ação de elementos sociais que estão à disposição do ator para orientá-los quanto ao uso de objetos-meios. Tal ocorre com a atividade do agente de extenção rural, que oficialmente desempenha o papel de orientador técnico. Ele é visto, com reservas, em diversas situações, prejudicando o seu trabalho.

O depoimento abaixo vem refletir claramente tal problemática.

"... tem muita gente que quando o agrônomo vai em casa, não dá nem confiança porque quer vendê o dele... estão em convênio com o governo" (entr. nº 19).

A análise interpretativa efetuada mostra que a utilização de qualquer objeto-meio se efetiva com vistas ao atingimento das metas estabelecidas pelo ator. A utilização

desses objetos-meio, no entanto, é efetuado a luz de um sistema de orientação no qual são contemplados elementos subjetivos e empíricos. Tais elementos fazem parte de um processo de racionalização que reflete a consideração de vários objetos da situação num esforço de, com o uso de meios, atingir metas. A utilização de uma ou outra alternativa, ou o uso de um ou outro meio, em maior ou menor grau, constitui o resultado de uma racionalidade ou de um processo de adaptação aos condicionantes da situação.

5.4. Função latência

A motivação para o desempenho do papel de produzir, ou para a escolha de uma ou outra alternativa, é obtida fundamentalmente na gratificação de caráter econômico. Um maior rendimento em termos monetários implica em um maior grau de motivação para a ampliação da área produtiva com as culturas de boas perspectivas de comercialização. Isso demonstra que, na atividade ocupacional, os valores que movem os atores estão em sintonia com valores societários.

"... cada um se interessa de plantã e vendê, mas quando ele colhê (o colono) o feijão que está lá estocado no paiol, o problema é o preço né, daí, o cara diz, bem esse ano que o feijão está lá eu não vendi e eu não sei se vou plantã mais porque tá no paiol não posso vendê. Eu vendo mas não me cobre a despesa que fiz...então não

sei onde que está a falha. Porque interesse eu acho que cada um tem né, ... porque pode aparecer falha né, mas não, todos os anos cada um fica satisfeito quando dá certo; daí tem a coragem de aumentar e plantar direito. Mas se ele plantar direito na técnica... faz uma despesa de Cr\$ 20,00, né, e daí ele colhe aquele feijão e daí faz uma despesa de Cr\$ 20,00 né, daí ele colhe aquele feijão e daí faz aquele levantamento; é Cr\$ 20.000,00 que empatei e minha planta só dá tanto. Daí ele vai dizer bom eu arrisquei só pra ganhar aquela parte né... se ele gasta Cr\$ 20.000,00 e ganha Cr\$ 40.000,00 ou Cr\$ 50.000,00 aí tem aquela coragem né". (entr. 27).

Percebe-se assim que a realização das metas conforme expectativas do ator não somente é o aspecto gratificante da ação, mas ao mesmo tempo, motiva as suas ações futuras. Somente a realização das metas em maior ou menor grau justifica a utilização contínua de determinados meios comprovados em sua eficácia.

5.5. A Fruticultura como nova alternativa

Os Empresários Familiares entrevistados sobre a fruticultura como objeto-meio, condicionaram a sua utilização a elementos de orientação de natureza empírica como se vê em seguida:

"... o maior problema é a venda... se eu tiver

se onde vendê plantava mais frutas"(entr.nº 7).

"... muita gente quer plantã frutas, mas tem pouco terreno". (entr. nº 11).

"... se eu tivesse certeza na comercialização de frutas, eu aumentava o plantio". (entr. nº 21).

"... eu estava com vontade de plantã, mas o terreno é muito longe nê". (entr. nº 21).

"assim, eu vejo falã tendo pêssego bastante não tem pra quem vendê, daí..." (entr. nº 28).

"... pois, se fosse só entregã na fãbrica ou em algum lugar certo, aí muita gente plantava... até eu plantava... mas assim... agora, saí de casa em casa, a gente perde tempo e no fim ainda não vende..." (entr. nº 31).

O ator percebe uma condição de extrema incerteza quanto à concretização de sua meta com a exploração da fruticultura, permanecendo em estudo de expectativa. Não obstante, os Empresários Familiares, que já fizeram da Fruticultura uma atividade orientada para o mercado sentem-se gratificados a ponto dos resultados obtidos motivarem o aumento da área de plantio de frutas.

Os índices de produção alcançados pelos primeiros fruticultores indicam uma tendência de saturação de mercado local e os demais atores estão conscientes disso.

O mercado intermunicipal só é acessível aos que possuem meio de transporte e experiência em comercialização, situação essa não comum entre os atores.

Em razão dessa limitação dos objetos condicionantes, o ator passa a não efetivar a fruticultura como atividade, uma vez que percebe que poderá não lhe proporcionar os resultados esperados. Opta, então, por alternativas que lhe garantam realização.

"... o agricultor está pensando... não sabe se planta ou não planta; está meio duvidoso; não sabe se vai dar uma boa renda ou não vai... porque o feijão, milho... um pouco ele vende, barato mais vende, agora frutas..." (entr. nº 28).

Esse estado de expectativa é refletido nos depoimentos de entrevistados que se vêem limitados por fatores relacionados à área de terra para plantio, por uma estrutura de comercialização inadequada e pelos meios deficientes de transportes. Mesmo aqueles que já são fruticultores mantêm-se em estado de alerta.

"Planta-se mais frutas, desde que tenha mercado garantido" (entr. nº 1).

"... estou esperando pra ver o resultado da venda... O cara (agricultor) quer plantar, mas não sabe se planta, não sabe se vai dar resultado... Está no escuro, então ele espera o outro plantar, pra ver, se dá ou não dá... Eu planto ou-

tras coisas porque não posso ficar só esperando" (entr. nº 3).

"... se tivesse colocação por um preço fixo, daria prá plantã frutas, mas assim, não sei se vou ganhar, se vou perder..."

P. O senhor, então, não pretende plantar mais frutas?

R. *"Plantar mais frutas pra quê? Pra apodrecer?... O problema maior é que não tem quem compre,... este é o problema do colono,... se eu tivesse onde vender, eu plantava frutas" (entr. nº 9).*

"... conforme o mercado, comparando com a verdura, tem dias que vai acontecê conforme o fruticultor carrega no seu carro, aquela mercadoria, aquela fruta e vai vendê e chega ao mercado e ninguém qué, porque está lotado nê... Agora, se fôsse por exemplo em Iratĩ,... se fôsse feito uma fãbrica de doce,... se a cooperativa ligasse com outra e colocasse lã e colocasse de dois, três dias a venda, daí sim" (entr. nº 27).

Prevista a saturação de mercado local, é sugerida e aguardada a instalação de indústria ou de uma organização cooperativista que venha atender interesses de categoria. A realidade demonstra, pois que uma estrutura de comercialização com mercado e preço assegurado transformariam a agricultura da região em sua organização produtiva. Sob condições de certeza, existem até aqueles que se especializariam

exclusivamente no cultivo de frutas.

"... a gente primeiro quer estar na certeza que o negócio das frutas vai pra diante; se a gente vê que pode ficar na fiúza daquilo (fruticultura), então a gente abandona tudo isso e luta com aquilo... Se tivesse garantia a gente larga de plantã outras coisas e planta frutas e daí tem mais gente que vai plantã porque tem muita gente que está querendo ter certeza né?" (entr. n° 6).

"No caso da maçã, como se fala, até compensaria lidar só com a maçã e deixar de plantar as outras culturas" (entr. n° 2).

Apesar da fruticultura constituir uma linha de exploração, que utiliza práticas agrícolas complexas e que exige necessariamente o uso de tecnologia moderna, não se constatou casos em que tais fatores influíssem negativamente quanto à sua utilização como objeto-meio, por parte dos Empresários Familiares que têm por meta o mercado.

O empenho do ator para conhecer melhor os aspectos técnicos da fruticultura denota uma disposição no sentido de explorá-la com maior eficiência e maximizar gratificações.

"... se tivesse colocação certa, o pessoal entraria bastante na fruticultura, mesmo tendo que levã na técnica... nossa... não importa né... é só pegã e dizê olha tem que fazê assim... Eu

também estou fazendo assim meio no escuro, que eu não tenho explicação boa... como colocá o adubo, poda verde..." (entr. nº 23).

"... o pessoal seguiria orientação técnica, se fosse bem orientado... comparando que nem aqui na comunidade só eu estou plantando... então com uma orientação certa, bem certinho, que eles reparem como é que é o serviço como é tudo, cada um se interessa, né, mas tem que ter orientação, porque eu acho que tem que ficá uma pessoa que saiba né... lidar com frutas... aí todo mundo se interessa" (entr. nº 23).

Não obstante, como nova alternativa, a fruticultura, denota nos casos em que já se consolidou como meio, constituir uma atividade com características operatórias perfeitamente ajustáveis aos padrões relacionados à atividade ocupacional, encontrando, dessa forma, receptividade no sistema referencial dos atores.

No que se refere ao aspecto catético do objeto observa-se um envolvimento no sentido de obtenção de gratificação, não somente de caráter econômico, mas também afetivo.

"... eu preferia lidar com frutas, do que com outras coisas" (entr. nº 23).

"... é tão bom lidar com frutas e, depois, quando começa a florir... fica bonito e vem as frutas..." (entr. nº 6).

O envolvimento do ator com o objeto ocorre de forma tríplice, isto é, catéticamente, cognoscitivamente e avaliativamente. Os aspectos catéticos e cognitivo integram elementos de orientação relacionados a outras alternativas da situação num processo avaliativo, recaíndo em última instância na eleição de alternativas.

Quanto ao crédito rural, que visa dotar o agricultor de recursos financeiros para a implantação da atividade, apenas quatro deles utilizaram. Preferem trabalhar com capital próprio. O crédito rural orientado, que normalmente exige um projeto superior a um hectare, é visto com reservas pela maioria dos agricultores dado a incerteza de comercializar o produto, em razão de experiências obtidas com outras culturas de preços instáveis. Aqui o uso do crédito também faz parte de um processo racional, em que o ator visa assegurar sua meta, quando não suas próprias bases existenciais. Segundo sua concepção:

"... nessa base o governo quer acabar como o colono com o valor que ele está dando... Se o colono plantã só uma cultura, se ele trabalha com o banco vai entregã até o terreno e vai trabalhã de camarada" (entr. nº 31).

O crédito só é utilizado em pequena escala, refletindo um processo de adaptação às condições, tais como a própria fruticultura, que lentamente começa a ocupar espaço em sua propriedade. Inicialmente, planta-se alguns pés para

preservar-se contra possíveis frustrações. Quando se percebe a possibilidade de se obter a gratificação almejada, lentamente, amplia-se a área dessa cultura.

5.5.1. Significado da Fruticultura para os produtores rurais

O conceito de relevância, neste trabalho, exprime um estado de motivação ou predisposição do ator em utilizar o objeto-meio. Resulta de um processo subjetivo, que se dá à luz de padrões institucionalizados, definidos por elementos de orientação motivacional e elementos de orientação valorativa. É, porém, na relação com a situação que o ator mantém contato com as propriedades dos vários objetos constituintes e chega a definir-se, motivacionalmente, em favor da utilização do objeto. Esta definição motivacional, de um lado, depende das propriedades que são encontradas no objeto e dos resultados que esse mesmo objeto (fruticultura) pode proporcionar, e, de outro, dá orientação da ação que é organizada sobre marcos normativos, com propósitos definidos. Num processo final de definição, em torno da utilização de um objeto-meio, a predisposição ou motivação, que define o interesse do ator, deve estar em consonância com os resultados que o objeto pode oferecer.

O ator pode estar predisposto a utilizar o objeto com vistas a determinados interesses. Porém, a ação não se

efetiva em razão dele perceber que objetos empíricos condicionantes da situação podem levá-lo a uma frustração.

A relevância do objeto fruticultura pode ser constatada através das diversas asserções colocadas, e da análise sistemática efetuada anteriormente.

Em todos os casos, que se manteve contato, já havia uma definição em torno do objeto, isto é, uma condição de relevância ou irrelevância.

Conforme a conceituação no capítulo III, a condição de relevância está relacionada a uma disposição em cultivar frutas, com vistas a obtenção de uma maior rentabilidade, isto é, como uma linha de produção orientada para o mercado. A condição de irrelevância diz respeito a uma definição não favorável à utilização do objeto diante de outras alternativas, ou de uma exploração com vistas apenas ao consumo próprio, sem interesses comerciais.

Baseado nisto constatou-se que, dos atores categorizados como Empresários Familiares, apenas um mantém o objeto em condição de irrelevância e exerce atividade paralela à agricultura, mesmo sendo agricultor tradicional. A não relevância da fruticultura é atribuída à relevância de outra atividade que desempenha atualmente: a atividade de transporte.

Em função das metas estabelecidas, os produtores buscam os meios mais eficientes para atingí-las. O instrumento capaz de proporcionar um maior rendimento é o que tem

prioridade na unidade de produção. Isto demonstra que a ação produtiva está mais orientada por padrões de "*desempenho*" do que por padrões de "*qualidade*". Não significa que o envolvimento do produtor com os instrumentos-meios não tenha qualquer relação com os aspectos qualitativos desses instrumentos. No que se refere à fruticultura, pode-se afirmar que o produtor avalia a alternativa muito mais pelo que ela pode oferecer em termos de seu desempenho, do que pelo que ela é como atividade. A complexidade da exploração não chega a ser considerada como obstáculo para sua implantação.

O parâmetro "*rentabilidade*" constitui um critério universal que impera na escolha das alternativas de exploração. A Fruticultura ofereceu e oferece algumas perspectivas e por isso teve a preferência do produtor. Os depoimentos mostram que uma cultura torna-se mais importante quando é mais rentável economicamente, o que indica haver tendência para este parâmetro se consolidar como critério universal de escolha de alternativas de produção, embora outros fatores particulares possam ser considerados.

Em razão dos ideais econômicos, que imperam na atividade produtiva, há uma tendência de prevalecer padrões instrumentais sobre os expressivos. A persistência de meios tradicionais que poderia refletir uma orientação expressiva constitui uma resultante de uma impossibilidade de substituir o uso de instrumentais. A substituição de meios tradicionais

por modernos poderia não proporcionar a realização econômica do ator. Nesse sentido a aparente contradição de padrões (tradicionais e modernos) de orientação, na realidade, ajusta-se, permitindo a manutenção do equilíbrio do sistema de ação da categoria de produtores.

5.5.2. Fatores condicionantes relacionados com a consolidação da atividade Fruticultura

A análise dos elementos que orientam a categoria Empresário Familiar na utilização da fruticultura, demonstra que a reorganização do sistema de produção agrícola se verifica diante de um ajuste à elementos básicos que se relacionam diretamente com os resultados econômicos proporcionados pelo instrumento. Estes elementos básicos, que compõem um sistema de referência de ação do ator, orientando-os na escolha de alternativas de produção são os seguintes:

a) *Comercialização* - Se define como elementos de orientação, que o ator designa de "*colocação para o produto*", "*comércio*", "*consumo*", "*preço*", "*venda*". São justamente os vários aspectos da comercialização, como o preço, o mercado para os produtos, a quantidade consumida, que dimensionam o grau de satisfação pela utilização do instrumento.

b) *Área de terra* - Este fator, embora não se tenha demonstrado, para o caso, de todo limitante ou restrititi

vo, não permite o cultivo de frutas em determinadas circunstâncias, quer seja em razão das características pedológicas, quer seja dado a disponibilidade de área própria cultivável. A categoria de produtor de maior relevância neste trabalho - Empresário Familiar - desenvolve atividades em áreas próprias mas de tamanhos diversos e a utilização de cada área é racionalizada conforme as metas estabelecidas por seus representantes. Assim, em primeiro plano está a garantia da própria sobrevivência e, nesse sentido, as culturas consideradas tradicionais possibilitam ao ator e a sua família satisfazer necessidades básicas com maior grau de segurança.

c) *Culturas alternativas* - As culturas de ciclo anual, além de constituírem produtos de auto consumo, têm mercado assegurado e prioridade na atividade agrícola, por atender necessidades básicas de alimentação e por proporcionar excedentes comercializáveis, que permitem a troca de produtos complementares. A ocupação da área se dá pelas culturas de ciclo anual, de preferência com aquelas que podem ser aproveitadas para consumo próprio, depois com aquelas que têm mais chance no mercado. Assim, a fruticultura aparece quando se dispõe de área que ultrapassa os limites necessários à produção de autoconsumo e de uma produção que assegure um mínimo comercializável.

d) *Transporte da produção* - Em determinadas situações, o fator transporte, quando carente, é suprido atra-

vês de fretes pagos a terceiros, o que além de afetar graus de satisfação, favorece categorias que possuem os meios de transporte. Assim na medida que o mercado local apresenta índices de saturação, a situação tende a beneficiar os que tem meios de atingir mercados intermunicipais. Com freqüência surgem, também, intermediários locais, devidamente motorizados, que se encarregam de transportar e de comercializar o produto.

e) *Recursos financeiros* - Se, por um lado, este fator tem se manifestado carente, por outro, embora haja linhas de crédito para a fruticultura, há certo receio em sua utilização. Esta atitude se constata principalmente entre aqueles atores que têm poucos recursos materiais para oferecer como garantia de empréstimo. O fator está ainda relacionado à própria incerteza quanto ao destino da produção, diante da inexistência de infraestrutura adequadas ao seu escoamento.

A eleição da fruticultura como atividade está, pois, sob a orientação de condicionantes que são representados pela comercialização, transporte, área de terra, culturas alternativas e recursos financeiros, que dimensionam o grau de sua utilização em consonância com os propósitos estabelecidos pelos atores. Maior área de frutíferas se encontra quando tais condicionantes asseguram a concretização da meta. Assim como os outros meios na atividade agrícola, a fruticultura se efetiva como um instrumento de realização do ator,

quando atinge os resultados esperados. O que se verifica é uma expectativa, não em torno das propriedades intrínsecas ou atributos do objeto, mas em torno do que o objeto meio pode oferecer para se alcançar os fins almejados. Apesar de que qualquer fator inerente ao objeto possa ter influência negativa na sua utilização, dadas as alterações nos padrões de conduta do ator, ele é suscetível de ser superado, através de reajustes, sempre que os alvos são visualizados com relativa segurança. Há um esforço do ator ao envolver-se com o objeto, quando este se demonstra eficiente.

A alternativa não constitui produto de primeira ordem no atendimento às metas finais, considerando as características da cultura, tais como: (a) produção econômica somente aos 3 ou 4 anos; e (b) necessidade de comercialização do produto logo após colheita, em razão da falta de sistemas de conservação de armazenamento adequados.

Referindo-se ao sistema de personalidade em sua perspectiva externa, verifica-se que o ator está motivado ou predisposto a orientar sua produção, visando a obtenção de resultados econômicos, através da fruticultura. Nesse sentido, sua ação na atividade econômica ou ocupacional está em consonância com valores do sistema global, que tem a economia de mercado como base de integração.

Porém, embora os atores em sua função integrativa motivem-se a buscar metas de conteúdo valorativo segundo a prescrição de um papel, que se define organizacionalmente,

através da produção voltada para o mercado; este, mediante seus componentes empíricos, não lhes assegura índices de gratificação suficientes para lhes garantir a subsistência e permitir uma integração vital do sistema social em novas bases organizacionais. Daí porque a fruticultura é utilizada com cautela. Ao se lançar em novas alternativas que possam trazer alguma recompensa de ordem econômica, através da produção orientada para o mercado, como a fruticultura, o ator coloca em jogo a sua própria subsistência, que é assegurada com culturas tradicionais.

É através da exploração de culturas de subsistência e de culturas orientadas ao mercado que o sistema de ação do produtor pode se manter e se ajustar parcialmente aos requisitos de inserção na sociedade. Embora os meios tradicionais de produção não sejam uma condição inerente a padrões e valores tradicionais do Empresário Familiar eles tendem a se manter no sistema de ação. À medida que determinados elementos empíricos condicionam a ação dos atores, de forma repetitiva, impedindo-os de sua realização, os instrumentos tradicionais passam a ser retomados, constituindo uma constante, ou um padrão de orientação da ação.

Assim, a utilização de meios tradicionais de produção na ocupação agrícola não tem a ver apenas com um desinteresse ou rejeição do produtor a meios novos, mas com a história de sua relação com a situação.

5.6. Resultados obtidos pelo projeto e conseqüências da atividade Fruticultura para as categorias de produtores envolvidas. Verificação da hipótese básica.

Constatado que, no setor rural, os fatores situacionais relacionados com a utilização da fruticultura, como instrumento-meio, dimensionam o grau de sua utilização, necessário se faz analisar comparativamente os resultados obtidos pelo projeto, em cada categoria.

Tem-se neste estudo apenas uma categoria perti_nente ao setor rural, - o Empresário Familiar. A outra categoria, embora não constituída por produtores genuinamente agrícolas é relevada em termos analíticos, neste segmento, em razão de seu envolvimento com a fruticultura e da sua representatividade na amostra. É a categoria dos Fruticultores Parciais.

Por categoria de atores o "*Projeto Fruticultura*" obteve resultados conforme mostra a Tabela 10.

Tabela 10 - Frutíferas plantadas em Iratí, segundo a Categoria de Produtores.

CATEGORIA	ESPÉCIE	Nº DE PÉS PLANTADOS					
		1973	1974	1975	1976	1977	TOTAL
EMPRESÁRIO FAMILIAR	Pêssego	1.527	100	649	385	75	2.736
	Ameixa	171	-	31	80	11	293
	Maçã	-	-	-	230	1.130	1.360
	TOTAL	1.698	100	680	695	1.216	4.389
FRUTICULTORES PARCIAIS	Pêssego	3.321	1.670	14.170	416	-	19.577
	Ameixa	340	285	140	30	-	795
	Maçã	-	60	4.600	340	98.780	103.780
	TOTAL	3.661	2.015	18.910	786	98.780	124.152

A tabela 10 mostra que há maior número de frutíferas explorado pela categoria Fruticultores Parciais, do que pela de Empresário Familiar.

Considerando a relação existente entre a utilização do instrumento fruticultura e os condicionantes situacionais demonstrados no segmento 5.5.2., temos que: o fator *"área da propriedade restringe a prática da fruticultura entre os produtores proprietários de pequenas áreas, que necessitam de uma policultura para a sua própria segurança e subsistência"*.

O fator comercialização, através de seus elementos infraestruturais, conforme a análise dos componentes situacionais realizada no segmento 4.2.1., demonstram não existir na situação. A análise de mercado indica maiores perspectivas para a cultura da maçã. A situação de mercado para a maçã é refletida na expansão da cultura, que é notória nos últimos anos, concentrando-se, todavia, na categoria Fruticultores Parciais. Em contraposição, as espécies pêssigo e ameixa tendem a ser menos cultivadas pelas duas categorias em função da limitação de mercado, que caminha para a saturação a nível de localidade. Somente aqueles que possuem meios de transporte próprios é que conseguem atingir mercados regionais e, assim, tendem a ser beneficiados.

Um dos fatores que mais tem contribuído no dimensionamento do quadro frutícola local relaciona-se com a disponibilidade de recursos financeiros.

De um lado, o custo de implantação do empreendimento exige um capital de exploração; de outro, o período para obtenção de retornos do capital empregado situa-se na faixa de 3 a 4 anos, ressaltando a ocorrência de fenômenos climáticos adversos à cultura. Se agregarmos a essa questão a inexistência de infraestrutura para escoamento da produção, é possível compreender a percepção do agricultor sobre o risco e a insegurança que o empreendimento oferece, principalmente, para a categoria Empresário Familiar.

A categoria Fruticultores Parciais, na prática de outras atividades que não a agricultura, são as que correm menor risco com a fruticultura, uma vez que é a ocupação não agrícola a base produtiva de seu meio de vida. Se qualquer fator relacionado à fruticultura pode afetar a situação econômica dos que a produzem, com certeza não afetará significativamente a estabilidade econômica dos Fruticultores Parciais. Por outro lado, pode afetar o precário equilíbrio daqueles que dependem diretamente da produção agrícola e que reservam e ocupam parte da área agricultável com fruticultura, quando poderiam explorar outras alternativas de ciclo anual. Nesse sentido, há maior segurança para os Fruticultores Parciais e maior risco para a categoria Empresário Familiar. Mesmo assim pode-se observar prudência por parte da Categoria Fruticultores Parciais ao optar pela Fruticultura.

Se tomarmos o crédito rural, como sendo um dos instrumentos que visa suprir a deficiência de capital, verifi

ca-se que ele é pouco utilizado, pelas mesmas condições de insegurança já demonstradas anteriormente. Apenas um Empresário Capitalista e três Empresários Familiares fizeram uso de tal recurso.

A Tabela 10 mostra um expressivo plantio de pêssego e maçã em 1975 e 1977, respectivamente. Esses números referem-se praticamente a dois fruticultores que se valeram da utilização de recursos oriundos de incentivos fiscais. Observa-se no Anexo 2 que os entrevistados nº 61 e 62 cultivam 13.940 pés de pêssego e 98.000 pés de maçã, respectivamente. Somente estas duas unidades de produção representam 87% da fruticultura local. Referem-se à categoria de Fruticultores Parciais.

A não utilização de recursos fiscais pela categoria Empresário Familiar deve-se às restrições impostas pela própria legislação, que regulamenta a utilização de incentivos. O plantio mínimo de uma área, com 10.000 pés, estabelecido inicialmente pela Lei 5.105 de 02/11/76, e, após, de uma área de 50 ha contíguos, pelo Decreto Lei 1.376 de 12/12/74, elimina qualquer possibilidade das categorias com disponibilidade de área cultivável inferior a 50 ha a se beneficiarem de tal instrumento. Com a promulgação dos Decretos Leis 1134 de 04/11/70 e 1376 de 12/12/74, fica eliminada qualquer possibilidade da pessoa física valer-se desses benefícios.

A legislação é, pois, discriminatória, uma vez que, pelas condições que impõe, favorece apenas categorias

produtoras não muito comuns ao setor agrícola da economia, isto é, pessoas jurídicas.

A utilização de recursos fiscais, na forma regulamentada, demonstrou-se funcional às categorias Fruticultores Parciais embora a legislação alterasse anualmente a parcela dedutível do imposto de renda. A partir de 1978 apenas 25% do imposto devido pode ser aplicado em empreendimentos com exploração de frutíferas.

O custo elevado de implantação da cultura é atenuado por recursos do incentivo fiscal apenas para os Fruticultores Parciais. Em consequência esta categoria terá maiores condições de resolver os aspectos relacionados à comercialização, considerando o seu maior acesso a recursos financeiros, que se farão necessários à organização de infraestrutura básica, destinada ao tratamento, classificação, e condicionamento, armazenamento e transporte de frutíferas. A maior experiência organizacional e administrativa, aliada ao potencial de mercado existente, com certeza, também tenderá a beneficiá-los.

Se analisarmos a questão, concomitantemente, na perspectiva dos interesses da sociedade e de uma das próprias metas do Projeto Fruticultura (diminuir importações), verifica-se que tal instrumento tem sido altamente eficiente. Basta que se observe os dados correspondentes aos projetos aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do

Sul e São Paulo (Tabela 11).

Tabela 11 - Projetos de Fruticultura aprovados pelo IBDF - Período 1967 a 1977.

E S T A D O S	ÁREA (ha)	Nº DE ÁRVORES	INVESTIMENTO
São Paulo.	17.006,22	2.714.173	147.173.066,34
Paraná	6.723,79	1.219.070	108.854.710,01
Sta. Catarina. . . .	7.295,13	1.898.822	132.979.390,28
Rio Grande do Sul. .	6.119,95	1.623.824	90.027.401,73
T O T A L	37.145,09	7.455.889	479.034.568,36

FONTE: IBDF - SC (1978).

Tabela 12 - Projetos de Fruticultura aprovados pelo IBDF no Estado do Paraná, por culturas - Período 1967 a 1977.

E S P É C I E S	ÁREA (ha)	Nº DE ÁRVORES	INVESTIMENTO
Maçã.	735,25	644.241	35.423.933,94
Nóz Pecan	5.575,54	488.329	68.838.057,09
Cítrus.	363,00	72.600	2.860.716,98
Pêssego	50,00	13.900	1.732.002,00
T O T A L	6.723,79	1.219.070	108.854.710,01

FONTE: IBDF - SC (1978).

Embora os dados da Tabela 11 não permitam distinguir o montante aplicado especificamente em frutíferas de clima temperado, dimensionam o montante investido em empreen

dimentos frutícolas independentemente de sua espécie. No período 1967 a 1977 foram aplicados nos estados do sul Cr\$ 479.034.568,36, correspondente ao plantio de 7.455.889 árvores frutíferas.

Já a Tabela 12, que se refere à aplicação de recursos no Estado do Paraná, permite determinar o número de pés plantados de maçã e pêssago. O montante de 644.241 pés de maçã, segundo os dados de produtividade da cultura (Tabela 1) corresponde a uma obtenção de produção média anual de 14.099 toneladas.

O montante em recursos fiscais aplicados na Fruticultura, via Fruticultores Parciais, reflete uma incoerência do projeto, se o encararmos como instrumento que visa ajustar sócio-economicamente categorias de produtores de forma indiscriminada. Se nos reportarmos aos fatores básicos, que condicionam a redefinição do sistema de produção da categoria Empresário Familiar, verifica-se que é na carência de capital, que reside um dos problemas fundamentais.

Porém, se considerarmos, de um lado, o volume importado de maçã, e de outro, a produção que se obtém dos projetos já aprovados e executados com recursos de incentivos fiscais, observa-se que os resultados obtidos atestam a funcionalidade do projeto para a sociedade, de forma eficiente, na versão ora estabelecida. Esses resultados, por sua vez, também se relacionam a uma funcionalidade da atividade fruticultura para a categoria Fruticultores Parciais, que respondem

às necessidades de produção de forma rápida, através de empreendimentos em grande escala. A fruticultura, então, simultaneamente, demonstra-se funcional como projeto para a sociedade e como atividade para a categoria Fruticultores Parciais.

No que se refere a categoria Empresário Familiar não se pode afirmar com a análise presente que a atividade demonstra-se disfuncional para esta categoria, uma vez que a fruticultura é apenas praticada em termos limitados. Contudo, pode-se inferir, que, mediante seus instrumentos de intervenção, a fruticultura demonstra-se mais funcional para a categoria Fruticultores Parciais, do que para a categoria Empresário Familiar.

A fruticultura demonstra-se mais funcional para a categoria do setor não agrícola do que para a categoria do setor agrícola. Esta constatação, por sua vez, se considera a expansão da atividade na forma presente, através da categoria Fruticultores Parciais permite concluir que a Fruticultura tende a não se concretizar como instrumento eficiente de ajuste sócioeconômico da categoria Empresário Familiar.

A expansão da fruticultura em grande escala, mesmo satisfazendo necessidades da sociedade, revela um monopólio da atividade pela categoria Fruticultores Parciais, que, concomitantemente, levará a outra categoria a se retrair da atividade.

É importante salientar que o retraimento da ca

categoria Empresário Familiar ocorre não por esta categoria irrelevar a fruticultura como atividade agrícola, mas, em razão da imposição restritiva dos condicionantes.

Cabe finalmente assinalar a reformulação parcial da hipótese básica deste trabalho. Conclui-se, nesse sentido, que como projeto, a fruticultura demonstra-se funcional para a sociedade e, como atividade, mostra-se mais funcional para a categoria de Fruticultores Parciais do que para a categoria Empresário Familiar, tendendo a gerar um desajuste sócio-econômico do sistema rural.

6. CONCLUSÕES

O projeto Fruticultura vem atingindo as metas de aumentar a produção para abastecer o mercado interno e reduzir o volume de importações. Este estudo, ao analisar aspectos não explícitos do projeto, mostra como isto vem se realizando. Identifica, também, duas categorias básicas de produtores, envolvidos no projeto - Empresário Familiar e Fruticultores Parciais - e esclarece o "*sistema referencial de ação*" dos Empresários Familiares.

No papel de Produtor Rural, o Empresário Familiar destaca duas metas básicas: a maximização da produção orientada para o mercado buscando realização econômica e a manutenção de linhas de exploração voltadas para o auto-consumo, visando o sustento da família. Com essas duas metas os

atores manipulam os meios sob seu controle de modo a concretizar da melhor forma seus objetivos.

A adoção da fruticultura ocorreu sempre que as condições situacionais favoreceram os resultados esperados pelo ator, sendo mais importantes os aspectos relativos à comercialização, área da propriedade, outras alternativas de exploração, recursos financeiros e transporte.

Os fatores relacionados à comercialização do produto que se refletem diretamente nas gratificações do ator, são os que mais se destacam. Constata-se uma lenta e gradual adoção da fruticultura como atividade-meio. Lenta, não em oposição a valores de uma economia de mercado, mas porque os condicionantes situacionais em que age o produtor não estão ajustados para gratificar a utilização do objeto em maior escala.

A gratificação econômica é uma das metas do Empresário Familiar mas a incerteza de obtê-la leva-o a escolher meios alternativos, de forma que os resultados não sejam frustrantes e não venham comprometer a integração dos vários componentes do sistema de ação da categoria. Assim, as diversas linhas tradicionais de exploração, aliados ao uso moderado de modernas técnicas agrícolas, tem sido uma estratégia capaz de oferecer recompensas e ao mesmo tempo manter equilibrado o sistema de ação do produtor.

Em sua dimensão interna, o sistema de ação atende os requisitos funcionais básicos, através da conjugação de meios novos e tradicionais, que permitem externamente aten

der aos reclamos de inserção na sociedade. A dicotomia novo-tradicional, aparentemente contraditória, encontra sua razão de permanência na manutenção do sistema de ação do Empresário Familiar. A fruticultura orientada para o mercado, faz parte do novo, e no grau em que é praticada atende aos requisitos funcionais do sistema de ação.

Nos estreitos limites cultivados, a fruticultura é percebida como funcional pelo Empresário Familiar, mas a análise do projeto indica ser mais funcional para os Fruticultores Parciais. Os recursos provenientes do Incentivo Fiscal beneficiam apenas os Fruticultores Parciais e levam-nos a monopolizar a atividade beneficiando-se das excepcionais perspectivas de mercado existentes. O domínio da atividade e de mercado por esta categoria de produtores reflete no sistema referencial de ação do Empresário Familiar, orientando suas ações e restringindo a prática da fruticultura. Nesse sentido, o projeto apresenta tendência a não proporcionar ao Empresário Familiar possibilidade de reorganizar seu sistema de produção, via fruticultura.

Como consequência, a fruticultura como projeto atende às necessidades da sociedade e como atividade leva os Fruticultores Parciais e Empresários Familiares, respectivamente, a uma integração total e parcial na sociedade, tendendo a provocar um maior desajuste sócioeconômico do Setor Rural.

A teoria utilizada atendeu aos objetivos do estudo permitindo extrair inferências importantes para a com-

preensão dos problemas relacionados com a prática de novas atividades na agricultura.

Na revisão bibliográfica verificou-se que uma corrente atribuiu à subcultura a responsabilidade pelo atraso agropecuário e outra a fatores situacionais do setor rural. O atraso agropecuário, que este trabalho caracteriza como permanência do subsistema rural, relaciona-se com os fatores situacionais e externos, enquanto se impõem ao produtor e orientam sua ação; e com a cultura, enquanto esta representa um padrão de orientação, fruto de experiências anteriores proporcionadas por elementos situacionais. Nessa perspectiva a subcultura é fator de resistência à mudança, mas enquanto produto internalizado, resultante de experiências vivenciadas pelo produtor na situação. Não se pode, portanto, rotular a categoria de Empresário Familiar de resistentes à novas práticas agrícolas sem compreender o processo que origina este fato.

A presença do novo e do tradicional no sistema de produção indica que está em processo um redimensionamento dos padrões de conduta do Empresário Familiar. Isto confirma o que já foi demonstrado por GALJART (1976): a insuficiência dos conceitos tradicional e moderno para explicar a presença ou a falta de desenvolvimento no meio rural. A utilização exclusiva de elementos novos, persistindo a forma de organização dos componentes situacionais, viria desintegrar o sistema de ação do Empresário Familiar. A atitude moderna do agri

cultor, que alguns estudiosos caracterizam por uma aceitação de elementos novos no sistema social, se incorpora em termos absolutos, não lhe daria necessariamente um padrão de vida em conformidade com os preceitos da sociedade.

O sistema de ação do Empresário Familiar integra-se mais eficientemente com a coexistência de instrumentos tradicionais e modernos de produção e esta modalidade de articulação com sistema social inclusivo é que permite a sua reprodução como categoria de produtor.

7. BIBLIOGRAFIA

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Manual de Crédito Rural.

BURKE, T.J. e MOLINA FILHO, J. 1976. A adoção de Inovações na Agricultura. Uma abordagem sistêmica com ênfase nos fatores perceptivos. Piracicaba, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ/USP. 29p. (Série Estudos nº 21).

CANDIDO, A., 1975. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Livraria. Duas Cidades, 284p.

CASTRO, A.M. e DIAS E. F^º, 1975. *Introdução ao Pensamento Sociológico*. Rio de Janeiro, Livraria Eldorado Tijuca Ltda, 241p.

DIEGUES JNR., M., 1964. Transformações da Comunidade Rural na América Latina. *América Latina*, Ano 7, 3:25.

- FERNANDES, F., 1976. Anotações sobre o Capitalismo Agrário e a Mudança Social no Brasil. In: T. SZMRECSANYI e O. QUEDA, Org. *Vida Rural e Mudança Social*, 2.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.105-120.
- FERNANDES, F., 1972. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 345p.
- GALJART, B., 1976. Difusão Cultural, Modernização e Subdesenvolvimento. In: T. SZMRECSANYI e O. QUEDA, Org. *Vida Rural e Mudança Social*, 2.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.57-65.
- HENTSCKE, R., (s.d.). Fruticultura de Clima Temperado no Brasil. (mimeografado)
- FREITAS, G.S., (s.d.). Incentivos Fiscais em Fruticultura de Clima Temperado. (mimeografado)
- LEVY, M.J., 1975. Socialização. In: F.H. CARDOSO e O. IANNI, org. *Homem e Sociedade*, 9.^a edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.60-62.
- MALINOWSKI, B., 1975. *Uma Teoria Científica da Cultura*, 3.^a edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 206p.
- MANCUSO, M.I.R., 1975. O Fenômeno da Persistência no Sistema Social Rural. Piracicaba, ESALQ/USP. 218p. Dissertação de Mestrado.
- MARTINS, J.S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, p.1-14.

- MERTON, R.K., 1970. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 758p.
- MOLINA FILHO, J., 1976. "Classificação e Caracterização Sócio-Econômica dos Agricultores". *Revista de Economia Rural*, XII Sober, ano XIV, tomo I, p.175-212.
- MORANDINI, I., Coord., 1977. Normas Técnicas para Frutíferas Temperadas. (s.l.) Acarpa, 43p.
- MUNIZ, J.N., 1974. Adoção de Inovações Tecnológicas no Sub-sistema Rural. Piracicaba, ESALQ/USP, 204p. (Dissertação de Mestrado).
- ORREDA, J.M., 1972. *Iratí*. Iratí. Edipar, 252p.
- PAIVA, R.M., 1971. "Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura", *Pesquisa e Planejamento*. São Paulo, 2:3-64.
- PARANÁ. Acarpa. 1975. *Fruticultura*. Curitiba, Acarpa.
- PARANÁ. Acarpa. 1977. Estratégia de Ação por Projeto (Fruticultura). (S.L.) (s. ed.).
- PARANÁ. Coordenação de Planejamento Estadual. 1967. II Curso de Planejamento Governamental de Fruticultura para a Região de Iratí. (S.L.) (S. ed.).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural, 1967. Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná (junho). Curitiba, (S. ed.).

- PARSONS, T. e SHILS, E., 1968. *Hacia una Teoria General de la accion*. Buenos Aires, Editora Kapelusz S.A., 555p.
- PARSONS, T., 1975. O conceito de Sistema Social. In: F.H. CARDOSO e O. IANNI, org. *Homem e Sociedade*, 9.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.47-55.
- PARSONS, T. e outros, 1975. Papel e Sistema Social. In: F.H. CARDOSO e O. IANNI, Org. *Homem e Sociedade*, 9.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.63-68.
- PARSONS, T., 1975. Os componentes do Sistema Social. In: F.H. CARDOSO e O. IANNI, org. *Homem e Sociedade*, 9.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.56-59.
- PATRICK, G.F., 1975. Pobreza Rural no Brasil: Determinantes e Alternativas. São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
- PATRICK, G.F. e CARVALHO FILHO, J.G., 1975. Grupos de Pobreza na Agricultura Brasileira. Brasília. Relatório Preliminar Embrapa e Outros, p.48.
- QUEIRÓZ, M.I.P., 1973. *O Campesinato Brasileiro*. São Paulo, Editora Vozes, 242p.
- QUEIRÓZ, M.I.P. e GARCIA, L.F., 1968. O Sitiente Brasileiro e as transformações de sua situação Sócio-Econômica. In: *Cadernos: Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. São Paulo, n.^o 1, p.109-131.
- ROCHER, G., 1976. *Talcott Parsons e a Sociologia Americana*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A., 175p.

ROGERS, E.M., 1962. *Diffusion of Innovations*. New York, Free Press. 367p.

ROGERS, E.M. e F. SHOEMAKER, 1971. *Communication of Innovations: A Cross-Cultural Approach*. New York, Free Press, 476p.

SCHRADER, A., 1974. *Introdução à Pesquisa Social Empírica*. Porto Alegre, Editora Globo, 275p.

SINGER, P., 1976. Agricultura e Desenvolvimento Econômico. In: T. SZMRECSANYI e O. QUEDA, org. *Vida Rural e Mudança Social*, 2.^a Edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.132-147.

SOUZA, I.S.F., 1974. Adoção de Inovações e Eficiência Econômica: Um Estudo da Racionalidade da Ação Empresarial Rural. ESALQ/USP, 161p. (Dissertação de Mestrado).

STAVENHAGEN, R., 1976. A Comunidade Rural nos Países Subdesenvolvidos. In: T. SZMRECSANYI e O. QUEDA, Org. *Vida Rural e Mudança Social*, 2.^a edição. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p.26-37.

SAMANIEGO, L.C., 1971. Aspectos Sociológicos para um Nuevo Enfoque de La Extensão Rural. *Desarrollo Rural en Las Américas*. Costa Rica, 3:43-53.

WOLF, E.R., 1976. *Sociedades Camponesas*, 2.^a edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 150p.

8. A N E X O S

ANEXO 1 - Empresários Familiares Fruticultores.

Nº DE ORDEM	ENTR.	Nº DE PÊS	VARIEDADE	ÁREA DA PROPRIEDADE (ha)
1	1	45 11 16	pêssego ameixa diversos	24,0
2	2	240 1050	pêssego maçã	24,0
3	3	150	pêssego	7,2
4	4	160 20	pêssego ameixa	81,2
5	6	240	pêssego	26,4
6	7	112	pêssego	38,4
7	9	150	pêssego	24,0
8	13	100	pêssego	40,8
9	18	100	pêssego	96,0
10	19	62	pêssego	6,6
11	22	23 11	pêssego ameixa	21,6
12	21	50	ameixa	32,5
13	23	163 50	pêssego maçã	19,2
14	24	30	pêssego	21,6
15	27	60 50 30	pêssego maçã ameixa	66,2
16	41	277 31 20	pêssego ameixa maçã	14,5
17	42	400 40 130	pêssego ameixa maçã	72,0
18	44	108 100 60	pêssego ameixa maçã	41,0
19	59	316	pêssego	23,6

ANEXO 2 - Fruticultores Parciais.

Nº DE ORDEM	ENTR.	Nº DE PÉS	VARIE- DADES	ÁREA DA PRO- PRIEDADE	OCUPAÇÃO
1	29	90	pêssego	14,4	Pedreiro
2	30	100 15	pêssego ameixa	87,4	Comerciante
3	38	1400 200	pêssego ameixa	176,0	Reflorest.
4	39	200 20 40	pêssego maçã ameixa	45,6	Transporte
5	40	780 262 140	maçã pêssego ameixa	9,6	Ferreiro
6	43	300	pêssego	1,2	Madeireiro
7	45	210 140 30	pêssego ameixa maçã	100,0	Comerciante
8	46	50 140 140	maçã pêssego ameixa	13,0	Transporte
9	47	103 190	pêssego maçã	7,0	Industrial
10	48	120 35	pêssego ameixa	40,0	Comerciante
11	49	170 70 40	pêssego ameixa maçã	89,5	Juiz
12	50	100 100	pêssego ameixa	10,0	Func.Público
13	51	100 30	pêssego ameixa	1,8	Radialista

ANEXO 2 - Continuação.

Nº DE ORDEM	ENTR.	Nº DE PÉS	VARIE- DADES	ÁREA DA PRO- PRIEDADE	OCUPAÇÃO
14	52	150 50	pêssego ameixa	18,0	Comerciante
15	53	130	pêssego	90,0	Comerciante
16	54	106	pêssego	19,3	Comerciante
17	55	900 100	pêssego ameixa	970,0	Comerciante
18	56	80 30	pêssego ameixa	193,0	Industrial
19	58	91 60	pêssego maçã	170,0	Oleiro
20	60	350	pêssego	34,0	Madeireiro
21	61	13940 4600	pêssego maçã	75,0	Madeireiro
22	62	98000	maçã	342,0	Reflorest.
23	63	250	pêssego	307,0	Médico

ANEXO 3 - Questionário para coleta de dados qualificáveis.

1- Informante:

2- Ocupação principal:

3- Área da propriedade: _____ total da unidade: _____

4- Uso da terra: proprietário () arrend. () parceiro ()

5- Mão-de-obra utilizada:

M.O.	Idade	e/h	equiv./homem		
familiar		idade	h.	m.	
		10-14	0,5	0,5	
		15-17	0,8	0,8	
		18-59	1,0	0,8	
assalariada		60 +	0,8	0,5	

6- Dados de Produção:

Culturas	área	qdade.prod.	qdade venda	preço	qdade cons.

7- Cultura de Frutas:

nº de pés	espécie	área	ano de plantio
-----------	---------	------	----------------